

BR 4700098

E15/\*\*/\*\*

MOURA, V.

NOTIVIAS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

WASHINGTON (USA)

1947, 47 P. (PT) \*\*\*\*\*

/G514

MICROECONOMIA; COOPERATIVA

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Notícia do

## COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Por VALDIKI MOURA



Secção de Informações Sociais e Trabalhistas  
UNIÃO PAN-AMERICANA  
Washington, D. C.      Julho, 1947

## PREFÁCIO

A Secção de informações Sociais e Trabalhistas da União Pan-Americana deseja exprimir sinceros agradecimentos pela permissão que lhe foi concedida de publicar o presente trabalho. Em virtude dêsse espírito de colaboração, foi-nos possível atingir um duplo fim, isto é, prestar homenagem, em sua própria língua, aos brasileiros que conosco cooperaram, e intensificar nossa campanha de difusão e unificação, em prol do movimento cooperativo dos países íbero-americanos.

O Sr. Moura, atual funcionário da Caixa de Crédito Cooperativo do Brasil, se tem distinguido como escritor no campo de assuntos relacionados com o movimento cooperativista. Publicou numerosos e interessantes artigos, bem como vários opúsculos, entre os quais citaremos os seguintes: Organização Cooperativa da Agricultura Bahiana; Organização Cooperativa da Ovinocultura Bahiana; e Cooperativismo Escolar. Demais, são de sua autoria duas valiosas obras intituladas Democracia Econômica, Introdução à Economia Cooperativa, e Diretrizes Cooperativas.

O presente trabalho foi grandemente realçado com as fotografias escolhidas a dedo por seu autor. Destarte, torna-se mais agradável a descrição dos progressos realizados pelo movimento cooperativista nos diversos Estados de sua pátria. O que é especialmente digno de nota são as cooperativas escolares, que florescem especialmente nos Estados da Bahia e de Pernambuco. No primeiro existem 120 dessas cooperativas, onde se congregam 5.183 estudantes. Sua maior significação, todavia, não se acha contida em sua potencialidade numérica, mas no alto valor pedagógico que possuem para a formação intelectual e espiritual da juventude. Instruídos no ideal do cooperativismo, absorverão, no seu período formativo, uma nova concepção de um sistema econômico baseado na justiça e solidariedade sociais.

As cooperativas escolares, que com tão grande êxito se têm desenvolvido no Brasil, devem fazer com que outros países latino-americanos dêem preferência ao estabelecimento de sociedades dessa natureza, por constituírem elas um dos meios mais propícios para a divulgação dos princípios e funcionamento do cooperativismo, assim como para despertar, entre o povo, a consciência do cooperativismo.

A ênfase dada, nestas ligeiras considerações, às cooperativas em apreço, impede que nos estendamos sôbre a importância das numerosas e variadas cooperativas existentes no Brasil, muitas das quais se salientam por seus empreendimentos culturais, e pela assistência social que facultam a seus associados.

De acôrdo com o Sr. Moura, o movimento cooperativista brasileiro conta aproximadamente com 2.595 cooperativas, integradas por 300.000 membros. Esses algarismos são a concretização de esforços eminentemente, populares, que, é de esperar, continuarão a se desenvolver no mesmo ritmo, para que possam atuar ainda com maior vigor em prol de levantamento econômico e moral das classes pobres.

O trabalho do Sr. Moura é o primeiro de uma série que esta Secção pretende publicar sobre o movimento cooperativista aos países latino-americanos, a êle se seguindo um outro intitulado El Movimiento Cooperativo en Colombia, da autoria do nosso companheiro de trabalho, Fernando Chaves Núñez.

Robert C. Jones, Chefe Interino  
Secção de Informações Sociais e Trabalhistas

## SUMÁRIO

	Página
Introdução	1
1.Ação do governo federal	3
2.Ação dos governos estaduais	6
3.Panorama dos Estados	8
1.Rio Grande do Sul	8
2.São Paulo	10
3.Bahia	15
4.Pernambuco	18
5.Paraíba	19
6.Minas Gerais	20
7.Rio Grande do Norte	21
8.Ceará	21
9.Paraná	22
10.Estado do Rio	22
11.Distrito Federal	23
12.Outros Estados	25
4. Resultados em conjunto (apanhado estatístico geral)	27
5. Financiamento às cooperativas	32

## Anexos

1. Relação dos Departamentos oficiais de assistência ao cooperativismo: 1) Govêrno Federal; 2) Govêrnos Estaduais	38
2. Órgãos de publicidade: 1) Govêrno Federal; 2) Governos Estaduais	38
3. Organizações culturais e de propaganda (não oficiais)	39
4. Bibliografia brasileira do cooperativismo	40
5. Ementário da legislação cooperativista brasileira	44

## Introdução

Os elementos de informação histórica e estatística do cooperativismo brasileiro são bastante falhos. Em parte isso é devido doutrina só ter tido ultimamente mais ampla e sistemática divulgação e não serem eficientes os serviços oficiais de controle estatístico, a despeito do maior empenho e desejo dos seus dirigentes.

No século passado não havia qualquer instrumento legal que especialmente dispusesse sobre a matéria. Somente na primeira década do atual, tivemos a primeira lei votada pelo presidente Afonso Pena, em 1907.

Esta legislação, pôsto fôsse a primeira de amparo do sistema rochdaleano, estava eivada de alguns erros como o voto plural (o voto singular só prevaleceria se fôsse expresso); o "quorum" baseado no capital (disposição aliás omitida, não proibida, porém adotada por quasi todas que se constituíram); a permissão legal de que poderiam ser de forma anônima e outras impropriedades, cuja desculpa só poderia ser encontrada no relativo desconhecimento da doutrina e sua prática.

Sabemos que na Inglaterra e nos Estados Unidos, as primeiras cooperativas foram inspiradas na legislação social vigente, á falta de uma propria. Seria mais benéfico para o nosso movimento, se inicialmente tivesse tido a mesma orientação, buscando seu feitiço nas leis reguladoras das sociedades filantrópicas e beneficentes e não numa legislação espúria, onde alguns princípios desta doutrina são confundidos com outros de origem capitalista. Na verdade, a lei no. 1.637 do governo Afonso Pena, foi uma contrafação e não uma lei propriamente cooperativista, entendida dentro do rigor técnico.

Deu origem ao surto de algumas entidades deformadas desde o nascimento. Sua ação e consequências são tanto mais condenáveis, quanto levarmos em conta que uma lei tão inadequada pôde sobreviver durante um quarto de século, existindo ainda hoje algumas organizações regidas pelo mesmo instrumento, uma vez que a nova lei não as obrigou ao ajustamento desejado.

A regra era o desinterêsse pelo assunto, parte, naturalmente, algumas raras exceções de estadistas e estudiosos nacionais, e de alguns estrangeiros que se afeiçoaram pela terra e pretenderam incorporar aos núcleos coloniais mais densos, a prática então corrente nos países mais avançados da Europa, de onde provinham.

Há quem pretenda dividir o movimento cooperativo brasileiro em duas fases, uma compreendida entre 1911 e 1915 e a outra de 1926 aos nossos dias, classificação que me não parece exata pelos seguintes motivos: 1) há que levar em conta, pelo menos, o período anterior a 1911, desde as tentativas levadas a efeito nos últimos dias do Império e primeiros da República, sem esquecer a primeira lei cooperativista de 1907 e suas consequências materiais; e 2) porque, depois da lei nº. 22.239 de 1932, o

movimento tomou tal ímpeto e cresceu em ritmo tão progressivo, que teríamos de contar outro período a partir deste ano. Orientaria assim meu estudo, se tivesse de tomar o critério meramente cronológico do desenvolvimento cooperativista nacional: 1) das últimas décadas do Império a 1925; 2) de 1926 a 1932; e 3) de 1933 aos dias atuais.

A prova de que o movimento cooperativo brasileiro tem-se desenvolvido irregularmente, e que teríamos de tomar períodos desiguais, procurando apenas os marcos divisórios mais acentuados. Não pretendo, porém, basear minha pesquisa nesse critério nem em qualquer de natureza científica. Procuo antes os elementos dispersos da tradição, reconhecendo que a história do nosso cooperativismo está para ser feita, apesar dos reconhecidos esforços de vários líderes brasileiros.

O ilustre autor que pretendeu considerar as fases 1911-15 e 1926 aos dias atuais, baseia-se apenas nos períodos de maior intensidade de propaganda do Ministério da Agricultura, mas deixou de considerar os efeitos materiais da campanha, que a estatística praticamente invalida. Com efeito pode verificar-se que, no primeiro período, foram organizadas 14 cooperativas, sucedendo-se um hiato de nove anos, no qual parece que a propaganda oficial arrefeceu, embora novas 43 sociedades fossem constituídas. Parece-me ainda desarrazoado atribuir à campanha iniciada em 1926 o surto posterior do movimento cooperativo, se levarmos em conta que a propaganda doutrinária, somente, nada valeria, se não estivesse amparada numa legislação adequada, como ocorreu a partir de 1932.

Baseado ainda nos elementos estatísticos coligidos por Fábio Luz, poderemos verificar que entre 1926 e 1932 foram criadas mais 145 entidades, enquanto vemos a progressão mais animadora a partir deste último ano 2, já na vigência do decreto no. 22.239.

Do exposto verificaremos que nem sempre a campanha oficial pode ser levada a termos de compensadora ou satisfatória eficiência, porque, na verdade, pouco se poderá fazer, por mais eficientes que sejam os veículos da propaganda e doutrinação, se não temos leis excelentes para tornar exequíveis tais propósitos.

E leis excelentes são sempre reflexo da mentalidade governamental. O cooperativismo, em quarenta anos de vida republicana, pouco interesse despertou aos nossos estadistas. Ficava adstrito á iniciativa privada (como a campanha orientada pela Sociedade Nacional de Agricultura do Rio, os movimentos Paternó e Amstadt no Rio Gránde do Sul, o de Plácido de Melo no Estado.

1. Fábio Luz Filho, "O Cooperativismo no Brasil e sua evolução", Rio, A Coelho Branco Filho, Editor, 1939.

2. Fábio Luz Filho, "Teoria Prática das Sociedades Cooperativistas", 2a. ed., Coop. Coeditora Brasílica, Rio, 1945.

do Rio), sendo excepcionais os de iniciativa governamental (João Pinheiro em Minas, Góis Calmon na Bahia).

A verdade é que o movimento cooperativo brasileiro assinala-se pelo seu caráter dispersivo durante as três décadas iniciais deste século a despeito do interêsse demonstrado pelo Ministério da Agricultura.

### 1. Ação do govêrno federal

Não se conhece qualquer lei do Império referente ao cooperativismo. A primeira manifestação do govêrno republicano em prol do sistema, foi o decreto n.979 de 6 de janeiro de 1903, facultando aos profissionais da agricultura e indústrias rurais, a organização de sindicatos para defesa de seus direitos. Sendo uma lei pròpriamente de organização sindical, é em seu art.10 que se encontra a ressalva de que "a função dos sindicatos, nos casos de organização de caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativa de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc., não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações."

Não era, pois, uma lei reguladora da organização e funcionamento das cooperativas, sendo ausente em todo sentido qualquer caracterização dessas sociedades. Apenas admitia que os sindicatos tomassem a iniciativa de criá-las, ressalvada sua irresponsabilidade, o que, de certo modo, já implicava o reconhecimento da autonomia das cooperativas.

Esta lei, a primeira no Brasil, ao que parece, que incorporou o nome das sociedades cooperativas legislação nacional, foi assinada pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves e referendada pelo ministro Lauro Severiano Muller, posteriormente presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Anteriormente as cooperativas constituídas se orientavam pelo decreto n.164 de 17 de janeiro de 1890 e era baseado nele que o Govêrno Provisório da República concedia licença especial para o funcionamento das cooperativas que se organizavam. 3

Todavia, a primeira lei a tratar, expressamente, da matéria, foi a de n.1.637 de 5 de janeiro de 1907; mas, mesmo esta, não era uma lei exclusivamente cooperativista, pois que seu primeiro capítulo era dedicado ainda aos sindicatos profissionais.

Ainda confusa, confundindo traços do capitalismo com o cooperativismo, admitindo "cooperativas de forma anónima" e distribuição de lucros proporcionalmente ao capital, esta lei é, de qualquer forma, o ponto de partida de uma série de outras decretadas pelo govêrno, podendo ser considerada, cronologicamente, a primeira lei cooperativista brasileira.



Em 1926, pelo decreto n. 17.339 de 2 de junho, o presidente Artur Bernardes aprovava o Regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das Caixas Rurais Raiffeisen e Bancos Luzzatti. E' a partir deste ano, com a criação da Secção de Crédito Agrícola no Ministério da Agricultura, que se dá mais sistematização propaganda. Posteriormente a Secção passou a ser Diretoria de Organização e Defesa da Produção, sendo atualmente o Serviço de Economia Rural.

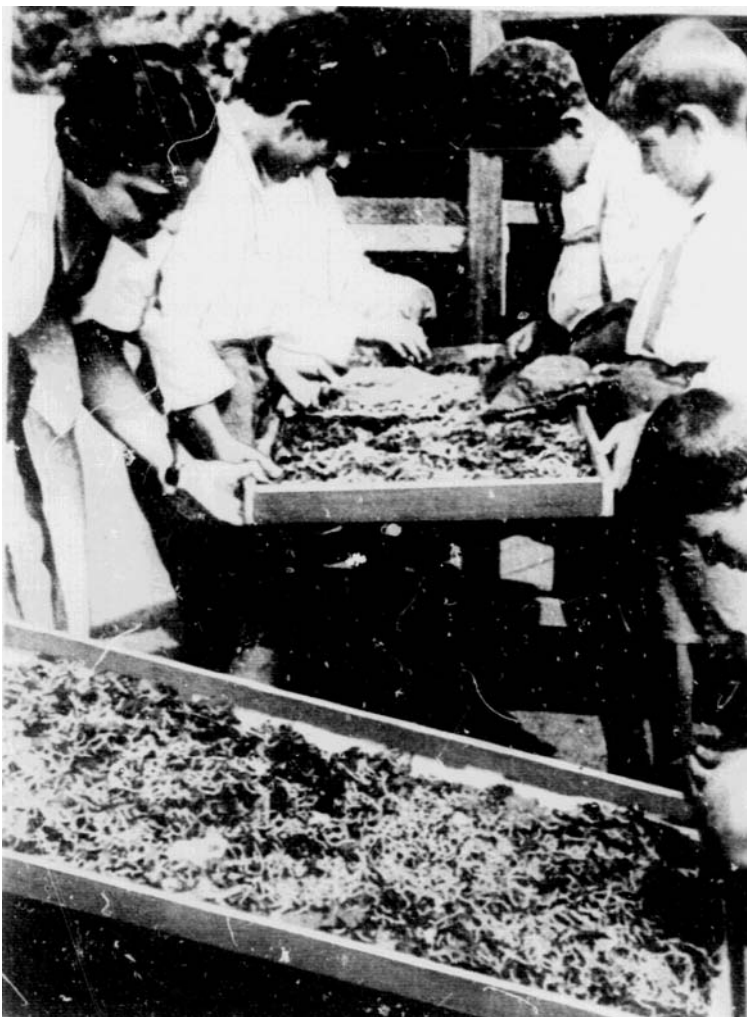
Antes, como vimos, as cooperativas vinham sendo organizadas praticamente sem assistência oficial, à parte pequenos estímulos do govêrno central e de alguns estaduais.

Com propriedade pode afirmar-se que o marco decisivo desse movimento foi a lei n. 22.239 de 19 de dezembro de 1932, que reformou as disposições do decreto legislativo n. 1.637 já citado, na parte referente às cooperativas. Foi a partir desta lei que tivemos um instrumento legal perfeitamente caracterizador do sistema rochdaleano. Tudo que se tem feito contemporaneamente no Brasil, visando a expansão do cooperativismo, forçosamente apoia-se nessa lei básica, institucionalmente orgânica. Já tive ensejo de equipará-la ao "Capper-Volstead Act", a carta magna do cooperativismo norte-americano.

Logo, porém, o surto das idéias subsersivas que pretendiam justificar o movimento armado de 1930, deu em consequência, no setor cooperativo, revogar a lei orgânica pelo decreto federal n. 24.647 de 10 de julho de 1934, depois de apenas dezoito meses de proveitosa vigência. Já no ano anterior, pelo decreto n. 23.611 de 20 de dezembro de 1933, o govêrno revolucionário revogara o decreto legislativo n. 979 de 6 de janeiro de 1903 e facultara a organização dos chamados "consórcios profissionais-cooperativos", como medida preparatória do decreto n. 24.647, de mais amplo alcance e repercussão bem mais desfavorável.

Por tais decretos, forjados em detrimento da mais pura ortodoxia cooperativista, deveriam as novas cooperativas vincular-se, obrigatoriamente, a certos sindicatos profissionais, conforme estipulava objetivamente o decreto n. 24.647 em seu art. 1º: "Dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais, e da mesma profissão ou de profissões afins, pertencentes a um consórcio profissional-cooperativo, mütuamente se obrigam a combinar seus esforços, etc."

Quer dizer que, quem não fosse prèviamente inscrito em um sindicato profissional (eram considerados sindicatos profissionais, para efeito desse regime, os agrários, os proletários, os liberais e os funcionários públicos) não poderia associar-se a qualquer cooperativa, desde quando no art. 16 se esclarecia que as cooperativas "serão formadas por iniciativa dos consórcios profissionais-cooperativos". Então teriam de prèviamente organizar o sindicato profissional, para depois vir o produto ilegítimo da cooperativa; mas o interessante era que a cooperativa se obrigava a sustentar o sindicato parasitário, mediante contribuição compulsória para um chamado Patrimônio dos Consórcios Profissionais-Cooperativos... Bem engendrado, sem dúvida, mas negação essencial do cooperativismo, por atentar contra o princípio básico de sua autonomia.



Dentre as atividades das cooperativas escolares de São Paulo, destaca-se a criação de bicho da pelas crianças, que encontram nesse trabalho um meio recreativo, aliado à sua incontestável utilidade prática.

O que foi essa obscura fase do movimento brasileiro, dizem-no, dentre outros, Luis Amaral e Fábio Luz Filho.<sup>4</sup> Este último, em visita ao Rio grande do Sul, região densamente colonizada por imigrantes europeus habituados à prática do sistema, declara que recebeu reiteradas queixas prejudicadas que, além de verem sua economia embaraçada nas teias de um aparelhamento espúrio e fraudulento, estavam ainda obrigados a subvencionar sindicatos artificiosos, sem qualquer proveito para a economia coletiva.

São Paulo reagiu de maneira admirável, através de sua representação na Câmara Federal, travando-se prolongados e acalorados debates, antes que o monstro fosse definitivamente revogado pelo decreto n. 581 de 1.º de agosto de 1938, que revigorou o de n. 22.239 e dispôs ainda sobre o registro, fiscalização e assistência às sociedades cooperativas.

Encerrado assim o eclipse do movimento nacional, tivemos então de voltar ao ritmo antigo, abandonadas as fórmulas extravagantes instituídas num momento de irreflexão, senão de confusão geral.

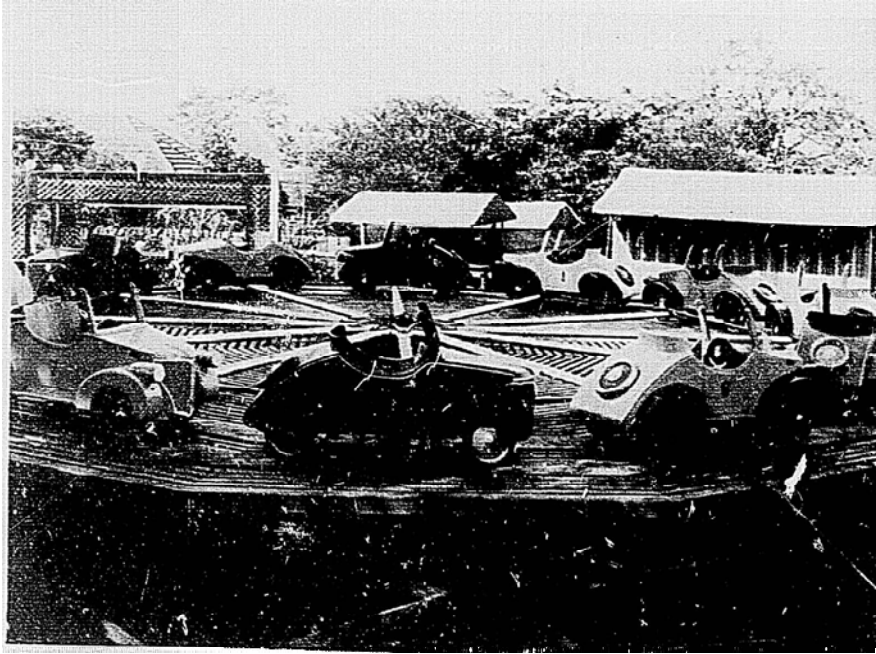
Em 1942, o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura convocou uma reunião de técnicos de diversos Estados para discutirem, em conjunto, um ante-projeto de lei para reforma da legislação em vigor. Debatido amplamente, em discussões cujos detalhes não comportam nesse breve relato, o projeto logrou ser convertido em lei sob n. 5.893 de 19 de outubro de 1943. A principal inovação deste novo estatuto, foi a criação da Caixa de Crédito Cooperativo, o banco federal de financiamento às cooperativas, do qual falarei oportunamente.

A 14 de fevereiro de 1944, porém, novo decreto n. 6.274 introduzia algumas modificações no decreto anterior, visando suprir lacunas e omissões.

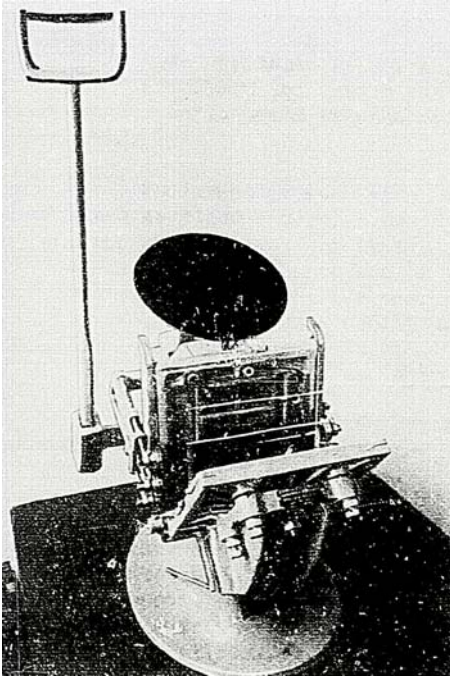
O decreto n. 5.893, não obstante alguns preceitos valiosos que procuravam facilitar e tornar mais expedito o processo de organização dessas sociedades, introduziu, entretanto, algumas disposições que foram mal recebidas, particularmente no Estado de São Paulo. Fui um dos colaboradores desta lei, tendo formulado, em tempo, ao correr dos debates, alguns comentários que me pareciam compatíveis com a boa doutrina e a experiência brasileira, os quais constam dos anais dos nossos trabalhos e também de livro recentemente publicado.<sup>5</sup>

Durante os trabalhos do I Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em dezembro de 1944 em São Paulo, o decreto n. 5893 foi amplamente debatido, definindo-se claramente duas correntes uma que procurava preservar a intergridade do decreto, e outra, mais compreensiva e liberal, francamente favorável à revisão da matéria, na qual militei junto a valorosos companheiros.

4. Luis Amaral, “Tratado Brasileiro de Cooperativismo”, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1938.  
Fábio Luz Filho, em diversos livros.
5. Valdiki Moura, op. Cit.

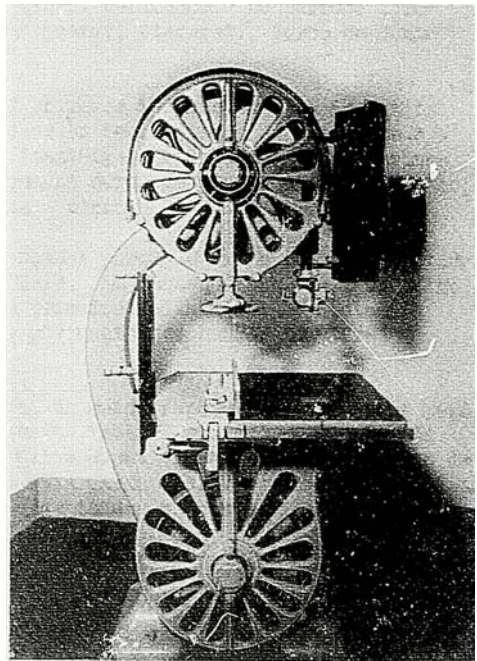


Cooperativa de Consumo dos Empregados da V.F.R.G.S.:Esta autopista foi projetada e construída nas oficinas da Escola Industrial Hugo Taylor.



Coop. de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: esta máquina de impressão manual foi inteiramente construída nas oficinas da Escola Industrial Hugo Taylor, mantida por esta importante Cooperativa.

Coop. de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: as oficinas da Escola Industrial Hugo Taylor estão capacitadas a construir serra-fitas como esta, que não ficam a dever às fabricadas no estrangeiro.



Esse movimento aí levantado e robustecido pela crítica dos congressistas, espalhada aos quatro ventos da imprensa, resultou na revogação do decreto e consequente segundo revigoramento da lei 22.239 de 19 de dezembro de 1932.

Em largos traços, esta foi a evolução legal do cooperativismo brasileiro, plano federal. Nos Estados têm surgido leis supletivas, de caráter subsidiário, sem afetar a essência da lei orgânica, visando apenas conceder vantagens especiais às cooperativas em funcionamento. Nesse ponto diferimos do sistema norte-americano, onde cada Estado tem sua própria legislação algumas vezes conflituando com a lei substantiva da União.

## 2. Ação dos governos estaduais

Fora dos quadros do oficialismo federal, a campanha cooperativista tem-se desenvolvido nos Estados, por iniciativa dos governantes locais e de particulares interessados,

Provavelmente o estadista que deu início à difusão do cooperativismo no interior do país, foi o sr. João Pinheiro, em Minas, visando especialmente a valorização do produto pela organização dos plantadores café. Limitado, inicialmente, a este propósito, teve ensejo de, a 10 de janeiro de 1908, instalar a Secção de Café, "departamento da diretoria da Agricultura, que deveria superintender, no Estado de Minas, o serviço de constituição e fiscalização das sociedades cooperativas".<sup>6</sup> Graças ao seu esforço, constituíram-se as primeiras sociedades em Minas, notadamente no período 1908-1911, embora viessem de 1907 as de Cataguazes, Itamarati, Porto de Santo Antonio e outras.<sup>7</sup>

Sob seu influxo, porém, forem baixadas instruções governamentais concedendo prêmios, favores e benefícios às cooperativas de plantadores e industriais de café, de laticinistas (manteiga, leite condensado, farinha láctea), de produtores de sal quimicamente puro, de plantadores de algodão, fumo, mandioca, arroz, polvilho, banha e vinho.

Por esta época (1908), uma campanha paralela tinha início no Estado do Rio, dirigida pelo sr. Plácido de Melo. Em consequência, a 12 de julho deste ano era constituída no Brasil a primeira Caixa Rural do sistema Raiffeisen, precedendo de sete anos o movimento dos bancos populares sistema Luzzatti.

Entretanto, a campanha estadual de maior repercussão e efeitos mais compensadores, foi a iniciada pelo jesuíta Teodoro Amstadt no Rio Grande do Sul, ao fundar em 1909 a primeira Caixa Rural em seu Estado. Segundo depoimento de Koelzer, seu continuador, essa Caixa alcançou grande êxito, dando margem a que, sucessivamente, fossem organizadas outras em Lageado, Estrela,

---

6. J.J. Soares, "Sociedades Cooperativas", 1920, pg. 35, Rio, 1929.

7. Teixeira Duarte, "Catecismo da Cooperação", Belo Horizonte, 1912, pg. 38

Nova Petrópolis, e São José do Herval. Esse padre fez irradiar sua campanha do seio da Sociedade dos Lavradores (Bauerverein). Em 1912 aproveitando a presença de 3.000 companheiros no Congresso Católico reunido na vila de Venâncio Aires, fundou a União Popular dos Teutos Católicos do Rio Grande do Sul. Sucessivamente foram surgindo novas Caixas, até culminar na instalação da de Porto Alegre, em 1916, com o nome de "Caixa Económica e de Empréstimos União Popular de Porto Alegre".

A partir desta data, segundo ainda depoimento de Koelzer<sup>8</sup>, foi-lhe entregue a continuação da obra. Surgiram novas entidades, apareceram continuadores de Amstadt e hoje o movimento raiffeiseano gaúcho esta representado por uma potente Federação de Caixas Rurais, abrangendo 38 unidades, que parece constituir a maior federação raiffeiseana da América Latina.

A título de fidelidade histórica, devo assinalar a campanha iniciada pelo dr. Paternó, médico italiano, em 1906, no Rio Grande do Sul, "que nada deixou de positivo a não ser um profundo sentimento de desconfiança em torno da idéia cooperativista, da parte dos colonos", segundo regista Fábio Luz Filho, embora haja pessoas bem informadas no Rio Grande que têm em elevado apreço a influência de Paternó, especialmente entre os viticultores.

Registam-se alguns movimentos favoráveis ao cooperativismo no norte, centro e sul do país, entre os anos de 1895 e 1902, embora nada de concreto se tenha recolhido para documentação, o que bem pode dar idéia de sua inexpressividade.

Na Bahia, durante a administração Góis Calmon, deu-se início a uma campanha em grande estilo, visando a criação de Caixas Rurais pelo interior do Estado. Nesta campanha tiveram relêvo Anísio Teixeira, grande educador atualmente servindo como nosso representante na UNESCO; Alberto Fraga, atual deputado federal pelo mesmo Estado; e Inácio Tosta Filho, herdeiro do entusiasmo de seu pai, um dos arquitetos da lei n. 1.637, precursora, própria-mente, da legislação cooperativista nacional.

No período 1924-28 foram constituídas nada menos de 23 caixas, segundo informa Alberico Fraga<sup>9</sup>, porém manda a verdade esclarecer que destas somente quatro funcionaram e apenas duas sobrevivem, já agora com o feitiço luzzattiano.

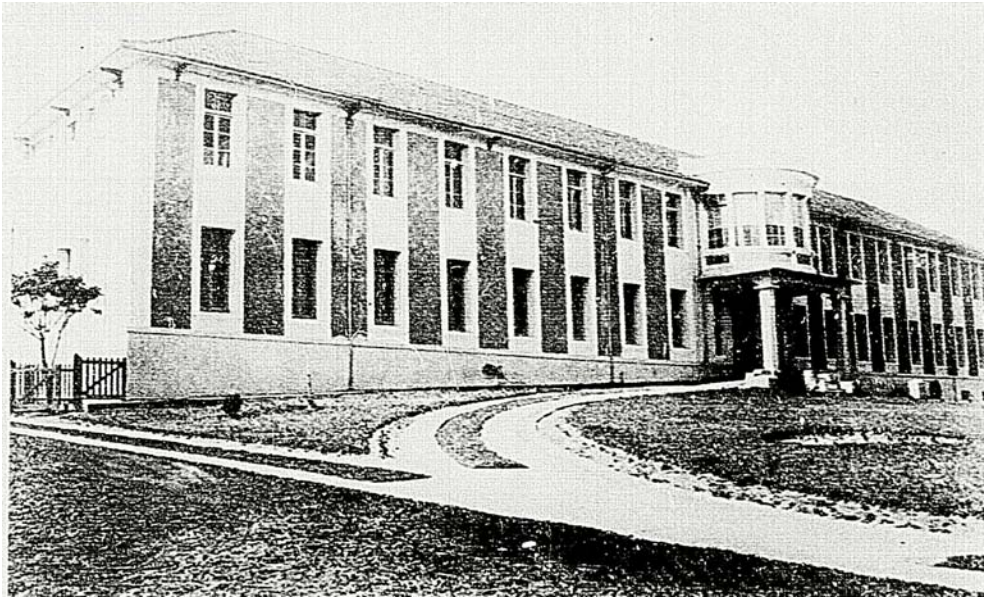
Contemporaneamente tem-se desenvolvido brilhante e eficiente campanha em vários Estados, notadamente em São Paulo, a partir de 1933, através dos seus órgãos técnicos especializados. Constituem movimentos atualizados, como reflexos esbatidos de uma campanha tenazmente conduzida, embora dispersiva e sem plano nacional de articulação, pelo menos antes de 1933, quando foi criado o Serviço de Economia Rural.

Contam muitos Estados com repartições próprias para dirigir o movimento, em articulação direta com o governo federal através de "acordos" cele-

8. in "Análise do I Congresso de Crédito Popular e Agrícola", Março 1924, Imprensa Nacional, Rio.

9. Alberico Praga, "Informações sobre as Caixas Rurais na Bahia", Imprensa Oficial, 1925.



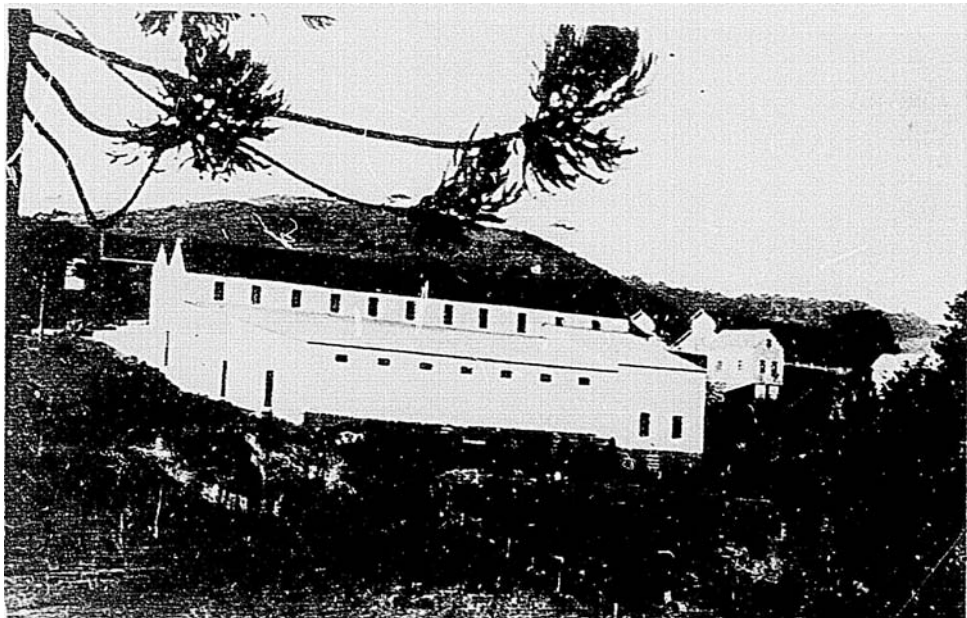


Coop. dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: um dos Pavilhões de sua Casa de Saúde para internamento de associados

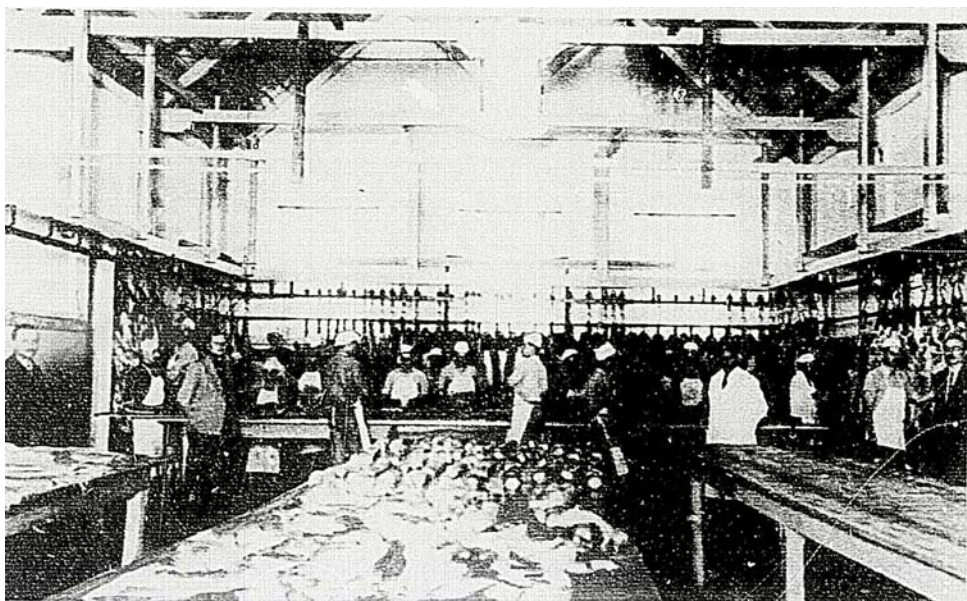


Coop. dos Empregados da Viação Férrea do Rio de Grande do Sul: sede do Departamento Industrial, centralizando o fabrico de sabão, gelo, torrefação e moagem de café, o açougue-frigorífico e outras instalações.





Cooperativa Viti-vinícola de Garibaldi, Rio Grande do sul: é a maior cooperativa de produção de vinhos existente no Brasil.



Coop. Bassanense de Produtos Suínos, Ltda., sediada em Silva Pais, No Rio Grande do Sul: vemos na gravura um flagrante de uma das secções industriais.

brados. Abordarei as mais notáveis realizações em capítulos próprios, referentes às unidades mais importantes do ponto de vista aqui considerado.

### 3. Panorama dos Estados

1. Rio Grande do Sul - Começemos pelo Estado pioneiro do movimento, apresentando suas linhas gerais. Conta ele, presentemente, 231 cooperativas, das quais 35 de consumo, 38 de produção animal, 100 de produção vegetal, 43 de crédito, 11 de diversos tipos e 4 chamadas do segundo grau (centrais e federações).

O número de associados excede de 60.000. Dividindo o movimento em duas grandes categorias, teremos os seguintes números:

a) Cooperativas de produção e consumo

Capital realizado.....	Cr\$ 30.000.000,00
Fundo de reserva.....	9.000.000,00
Fundos diversos.....	19.000.000,00
Retorno distribuído.....	8.000.000,00
Empréstimos contraídos.....	120.000.000,00

b) Cooperativas de crédito

Capital realizado.....	794.000,00
Fundo de reserva.....	5.000.000,00
Fundos diversos.....	145.000.000,00
Depósitos.....	145.000.000,00
Empréstimos concedidos.....	102.000.000,00

Apreciando em conjunto, o capital subscrito atinge a \$ 77.000.000,00 dos quais mais de 38 milhões já realizados. No último exercício, as vendas totais dos produtos agrícolas atingiram a \$ 394.632.000,00 - montante que excede a receita pública de vários Estados do Brasil. As sobras líquidas distribuídas atingiram a \$ 8.830.000,00.

Na apreciação do movimento gaúcho, deve caber referência especial à Federação das Caixas Rurais, a maior da América do Sul, abrangendo 38 unidades com 15.282 associados. A estimativa da garantia solidária dos associados atinge a 135 milhões de cruzeiros. No ano passado a conta de depósitos excedeu de 80 milhões de cruzeiros e a dos empréstimos aproximou-se de 50 milhões. Nessa importante federação 78% dos associados são agricultores e criadores, porém são também admitidos comerciantes, operários, industriários, marceneiros, carpinteiros, professores, profissionais liberais e serviços domésticos.

Também está localizada neste Estado provavelmente a maior cooperativa de consumo do continente sul-americano. Trata-se da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, com sede em Santa Maria, organização que, desde

sua fundação (1913) até 1945, realizou operações de venda no valor de \$668.217.000,00 devolvendo aos associados quantia aproximada de 15 milhões de cruzeiros. Esta organização possui 11.253 associados, com o apital de 5.790.000 crzs. e reservas no montante de 3.568.000 cruzeiros.

Os serviços desta sociedade são atendidos em 21 armazéns, 11 farmácias e em serviços complementares próprios (açougues, fábricas de sabão, de torrefação de café, secções de alfaiataria, lavanderia, restaurantes, bufetes, jornais e revistas).

Além da Escola Industrial Hugo Taylor, com ensino de escultura, serralha, marcenaria, fundição, etc., a Cooperativa mantém 7 grupos escolares (conjunto de aulas primárias), 78 escolas turmeiras (servindo a turmas rotativas) e mantém serviços articulados com 102 estabelecimentos particulares de ensino, dos graus primário, secundário e profissional. Neste regime, as escolas particulares concedem o abatimento de 20% para os filhos dos associados da Cooperativa, dando esta 30% da anuidade; o restante, isto é, a metade, fica a cargo do associado. Em certas escolas são mantidos cursos de corte e costura para as filhas e espôsas dos associados, funcionando ainda 73 clubes agrícolas anexos, onde os estudantes encontram oportunidade de se exercitar na prática dos trabalhos rurais. Neles faz-se farta distribuição de sementes e mudas de árvores frutíferas e também manejo de máquinas primárias e combate às pragas da lavoura.

A frequência média mensal dessas escolas excede de 23.000 alunos. Até o ano passado a Cooperativa dos Ferroviários aplicou quase 22 milhões de cruzeiros em finalidades educacionais.

Outro importante setor o da assistência sanitária. A Cooperativa possui moderna Casa de Saúde e ambulatório anexo, equipados de auto-ambulâncias e aparelhagem de raio-x. Grandes e pequenas operações, curativos internos e externos, radiografias, radioscopias, pneumotoraces, tratamentos de ondas curtas e ultra-violeta, etc., são diariamente praticados. No ano passado forem aviadas, pelas suas farmácias, 10.356 receitas para clientes associados.

O fundo patrimonial da instituição atinge a 4.261,000 cruzeiros. Em fins de beneficência social foram aplicados 10 milhões de cruzeiros.

Outros setores destacados do movimento gaúchos são os da produção de vinhos e madeiras, dos quais falarei brevemente.

Funcionam neste Estado 13 cooperativas de madeireiros com 251 associados, em sua maioria firmas coletivas proprietárias de serrarias. Já existe uma organização central que congrega 7 sociedades localizadas nos mais importantes municípios madeireiros, abarcando 130 serrarias. Seu capital é de um milhão de cruzeiros. A produção, sujeita ao regime das quotas, atinge a 25% ou seja 4 % da produção total de madeira do Estado, equivalente a 2 milhões de pés por mês. A exportação é especialmente dirigida para a Argentina (um milhão de pés), entretanto a Central deve subor-

dinar-se a um regime legal de retenção de 20% da produção de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> qualidades e de 80% da produção de 3.<sup>a</sup> qualidade, que é mais consumida nos mercados internos do país.

O valor da produção mensal é de 4 milhões de cruzeiros, tomando por base a cotação, baixa aliás, de US \$ 115,00 fob Porto Alegre. Segundo elementos obtidos no primeiro semestre de 1946, as cooperativas tinham o capital de 4.117.000 cruzeiros; suas vendas atingiram ao valor de 34.620.000 cruzeiros. Aos produtores associados foi, devolvida a sobra de 2.230.000 cruzeiros a título de retorno.

No setor vinícola são indicados os seguintes números: 26 cooperativas regionais com cerca de 4.000 produtores associados, capital de 4.267.000 cruzeiros, valores patrimoniais representados por 12.189.000 cruzeiros, vendas no total de 57.159.000 (até junho de 1946) e sobras distribuídas (1945) entre os associados, no valor de 2.134.000 cruzeiros.

As cooperativas vinícolas retêm 60% da produção de vinhos do Estado (420.000 hectolitros ou 420 milhões de litros). O valor da produção corresponde a 42 milhões de cruzeiros.

É importante acentuar que a produção viti-vinícola é em grande parte exercida por colonos italianos e ítalo-brasileiros, baseada no regime da pequena propriedade.

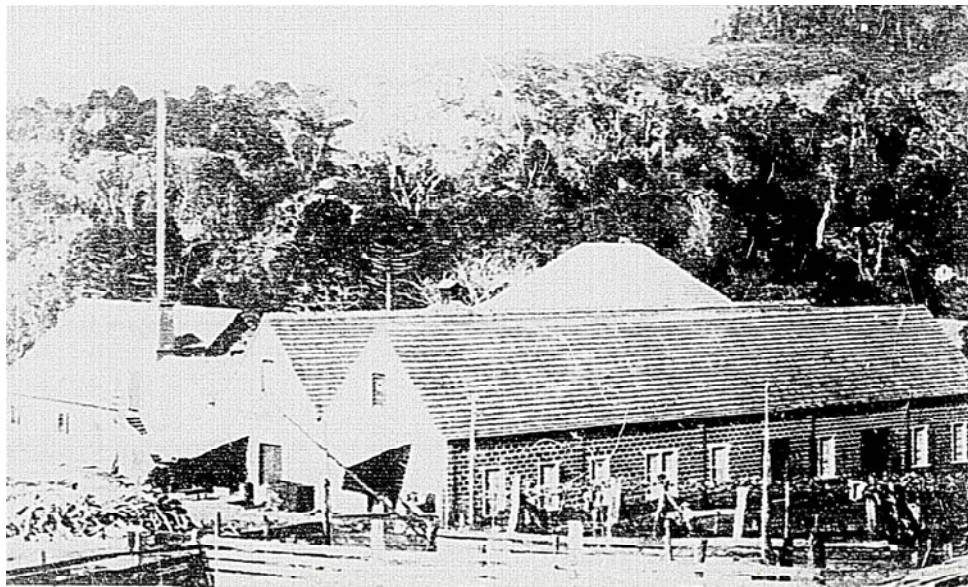
Poderia ainda falar no setor da produção animal, onde existem 42 cooperativas com cerca de 12.000 associados. Destas são 7 de suinocultores, com mais de 6.000 associados produtores de banha. Até junho de 1946, este setor possuía o capital de 18 milhões. Em 1945 suas vendas atingiram a soma significativa de 160.600.000 cruzeiros.

Pelo visto, o Rio Grande do Sul possui o mais sólido movimento cooperativo no Brasil, não só pela variedade dos produtos e divisão das propriedades individuais, como de igual forma pela expressão financeira dos seus resultados.

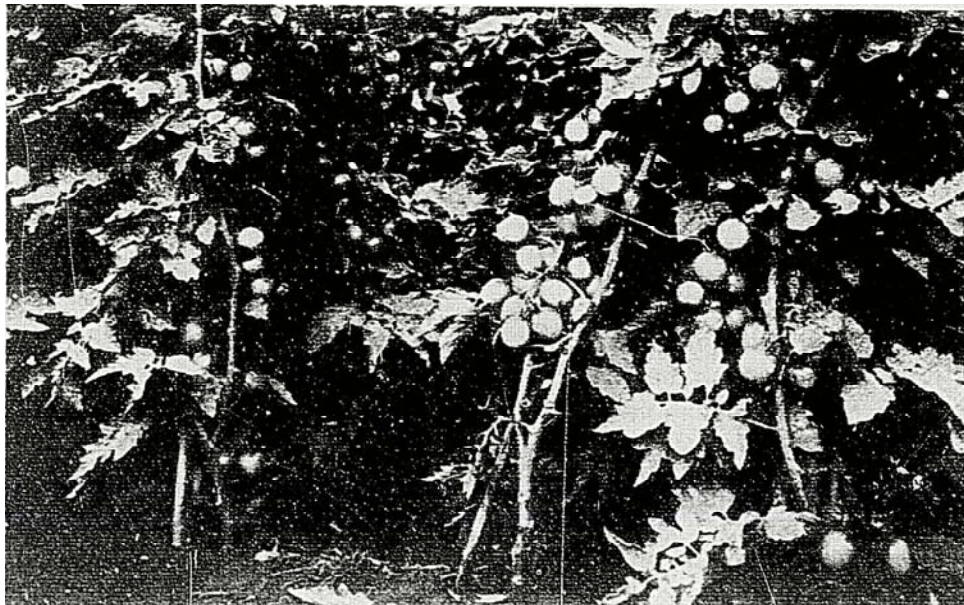
2. São Paulo - Este Estado ocupa o primeiro lugar quanto ao número e sociedades, pois possui, presentemente, 410 sociedades com 133.000 associados e capital de 103.481.698 cruzeiros. Por categorias econômicas dividem-se da seguinte forma:

Consumo.....	199
Agrícolas-mistas.....	89
Crédito agrícola.....	35
Laticínios.....	23
Agro-pecuárias.....	13
Pesca.....	12
Trabalho e produção.....	10
Fruticultura.....	7





Coop. União Colonial de Produtos Suínos, município de Guaporé, Rio Grande do Sul: conjunto de edificações da sede desta sociedade, uma das mais importantes de seu gênero.



Coop. Agrícola de Cotia: mais de 80% do tomate comercializável distribuído no mercado de São Paulo, procede desta organização que é a maior de seu tipo, existente no Brasil.

Plantadores de mandioca.....	5
Seguros.....	3
Sericicultura.....	3
Plantadores de café.....	3
Caixas Rurais.....	2
Crédito Popular.....	2
Plantadores de algodão.....	2
Hospitalar.....	1
Vinícola.....	<u>1</u>

410

Não poderia falar no movimento paulista sem me deter, inicialmente, na Cooperativa Agrícola de Cotia, outrora um grande núcleo de produtores nipônicos, admitidos no país como colonos. Presentemente esta organização, com diretoria nacionalizada (brasileira) é tida como a maior cooperativa de vendas em comum da produção agrícola existente no Brasil.

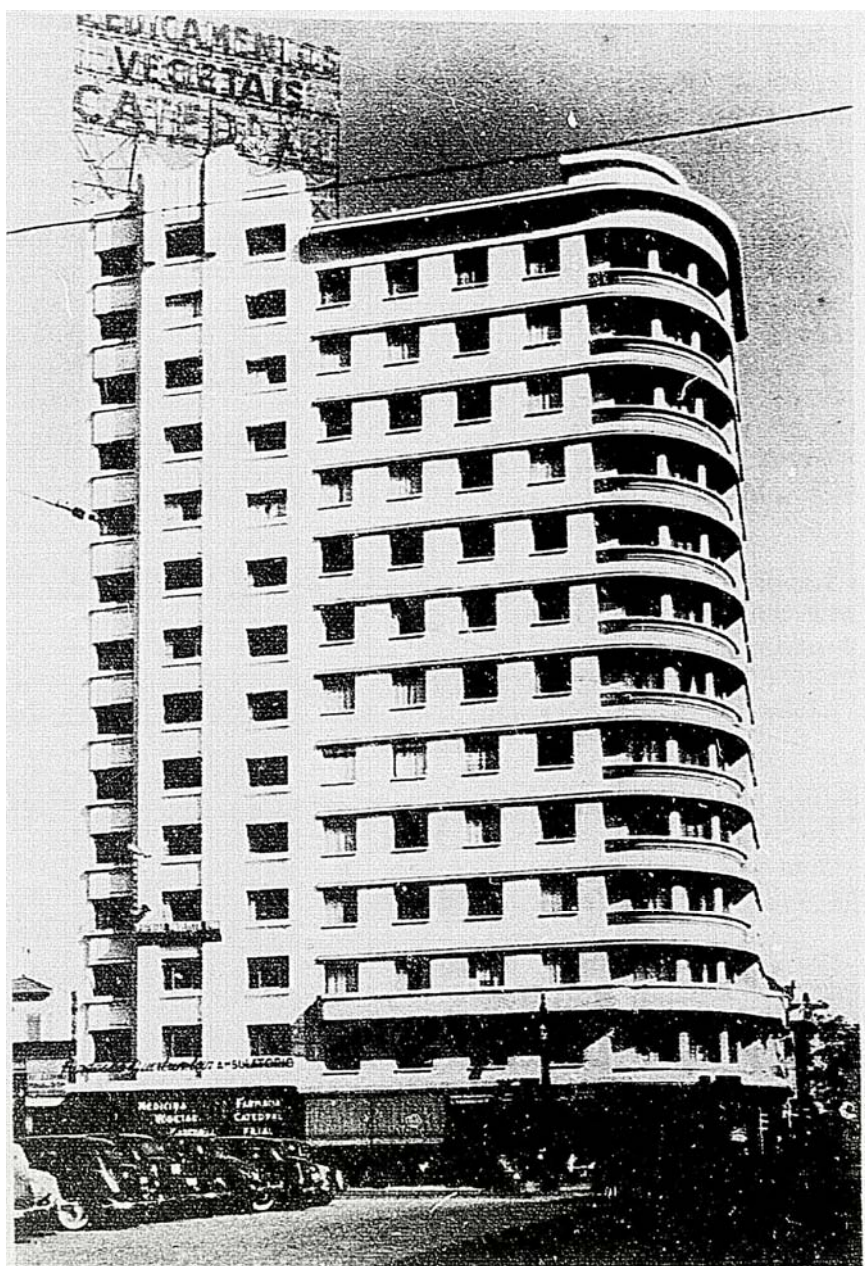
No início da segunda guerra mundial, o governo resolveu decretar a nacionalização desses núcleos económicos de estrangeiros beligerantes, pela possível perturbação que trariam ao ritmo da produção desejada. Data desta época a nacionalização da Cooperativa de Cotia, embora isso não tenha implicado no afastamento dos japoneses, como simples produtores de utilidades.

Segundo elementos estatísticos recentemente colhidos, possui esta entidade 3.600 associados, envolvendo aproximadamente 14.000 pessoas, se levarmos em conta a média de quatro elementos válidos por família, que também se dedicam aos misteres da produção.

Seus serviços se estendem a uma dezena de municípios vizinhos à capital. O movimento financeiro do ano de 1945 atingiu a 260.000.000 de cruzeiros. A secção de avicultura é representada por 17 granjas de propriedade da sociedade, para seleção de ovos e distribuição de pintos. Os associados têm aproximadamente 300.000 cabeças de aves, com a produção anual de aproximadamente 1.900.000 dúzias de ovos, cujo valor atinge a 13 milhões de cruzeiros. No mesmo período foram produzidas 587.800 caixas de 30 quilos de tomate e 370.800 de 60 quilos de batata, sendo de notar que mais de 80% do tomate comercializável distribuído no mercado de São Paulo procede desta Cooperativa.

A produção muito variada, compreendendo mercadorias de 60 espécies e mais de 200 variedades, destacando-se os legumes, os cereais em geral e frutos (banana, pêssago, morango, citrus) . A entidade faz financiamentos de entre-safra e de outras modalidades, que em 1945 atingiram a mais de 10 milhões de cruzeiros.

Para resolver o problema da distribuição, sociedade mantém uma frota de caminhões distribuídos por zonas, de modo a obter transporte de custo mais baixo. No ano passado, o movimento de carretos atingiu a 5.681.000 cruzeiros. A conta de capital é representada pela parcela de



Coop. Central Agrícola do Estado de São Paulo: sua sede ocupa o 3º andar deste edifício, à Praça Doutor João Mendes nº.153, São Paulo .



5.591.000,00. Os depósitos atingiram a \$ 4.232.000,00 e as disponibilidades em banco a 8.758.000,00.

A Cooperativa dá especial atenção à assistência social, mantendo ambulatórios, carros-ambulância e farmácias. No ano passado distribuíram medicamentos no valor de 690.000 cruzeiros, compreendendo o tratamento de 42.085 pessoas.

Outra importante realização em São Paulo é a Cooperativa Central Agrícola, entidade do segundo grau que possui 37 organizações filiadas, cobrindo, praticamente, toda a área do Estado. A esta organização estão filiados milhares de produtores, inclusive os membros das famílias de proprietários e arrendatários rurais. O capital é de \$ 733.200,00. Sua produção é extremamente variada, como veremos pela breve enunciação dos seus produtos mais importantes: cera de abelha, ovos de galinha e de bicho de seda, casulos e fios de seda, aves, fibras, cereais, citrus, tremoços, caseína, óleo de hortelã, paina, amendoim, fubá de milho repolho, alho, manteiga, batata mamona, etc.

Em 1945 o volume da produção canalizada pela Central atingiu quase 2.000.000 cruzeiros, não tendo sido muito superior porque nem todas as filiadadas entregam sua produção, preferindo algumas, em flagrante desprezo às suas obrigações estatutárias, operar por fora. Nestas condições pode avaliar-se a produção total em 380 milhões de cruzeiros, o que dá idéia precisa da terrível evasão dos negócios da Central.

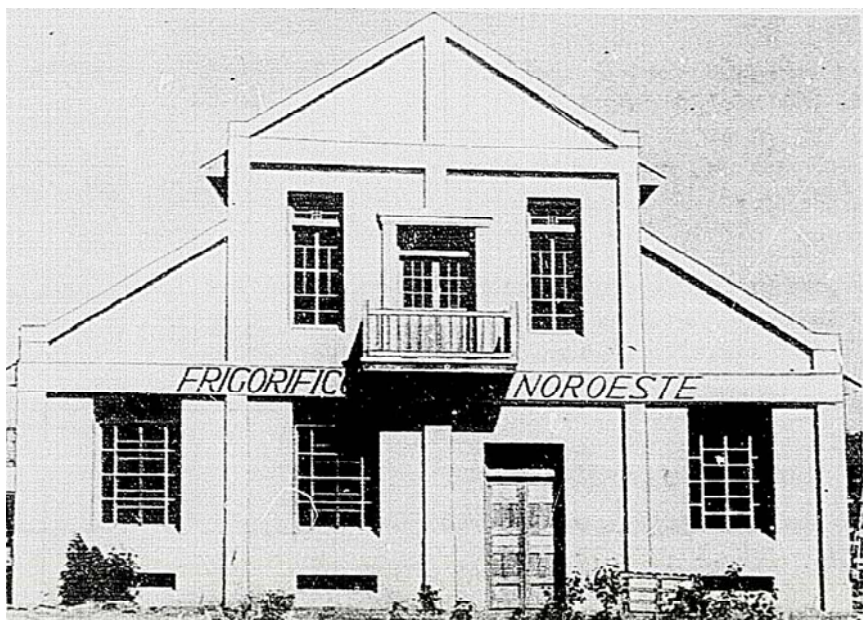
No mesmo ano, o volume das compras atingiu a 15 milhões de cruzeiros, sobre o qual a Central cobrou uma taxa de serviço equivalente a 2,5%. O movimento financeiro global foi de \$ 123.163.000,00. Aos associados foi distribuído o retorno de 153.868,00 proporcionalmente às operações.

Especial atenção vem sendo dada à sericicultura, cuja produção em 1945 atingiu a 1.550.000 quilos de casulo. A Central vem mantendo três importantes centros de sementagem de ovos de bicho de seda em Bastos, Tietê e Aliança, provenientes de raças superiores e de ótimo rendimento. Na safra 45/46 esses centros produziram 1900 quilos no valor de 6,5 milhões de cruzeiros.

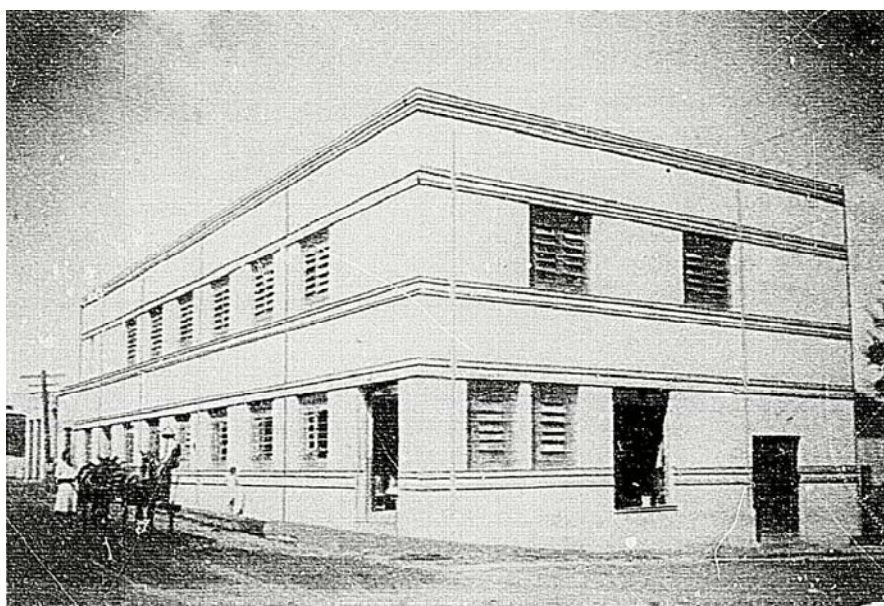
A produção de algodão, encaminhada pela Central, foi de 26.132 fardos no valor de 29.258.000,00. As usinas de beneficiamento representam um valor imobilizado de 12.665.000 cruzeiros. É importante salientar os extraordinários serviços prestados pela Central no período da guerra às suas filiadadas, fornecendo-lhes apreciável quantidade de gasolina, querosene, óleo cru, sal, açúcar, arame farpado, farelo, etc., aos preços mais razoáveis.

Uma cooperativa de consumo típica, existente em São Paulo, denominada de "Amparo Doméstico". Foi fundada por 18 pessoas em abril de 1934, iniciando suas operações com o "capital" de 250 cruzeiros, com o qual fizeram o pequeno estoque de um saco de feijão, outro da arroz, outro de batata e





Coop. Agrícola da Fazenda Aliança, uma das 37 organizações filiadas à Coop. Central Agrícola do Estado de São Paulo. Nesta fotografia vê-se um moderno e amplo Frigorífico.



Coop. Agrícola de Bastos, também filiada à Coop. Central Agrícola do Estado de São Paulo, como as de Pompéia, Cotia e Aliança.

algumas latas de azeite e extrato de tomate. O escritório da sociedade funcionava na residência de um associado. Um pequeno balcão foi improvisado com uma mesa usada. Caixões empilhados faziam as vezes de prateleiras. A balança foi emprestada por outro vizinho, constando que não funcionava com muita correção, pois era regulada a dedo... Mas, enfim, estava constituído o embrião dessa réplica rochdalena em terras americanas.

Esta sociedade tem conseguido sobreviver galhardamente, oferecendo mercadorias a preço de custo e mais as despesas normais, resultando numa economia média de 25% para os associados, que já atingem à casa do milhar.

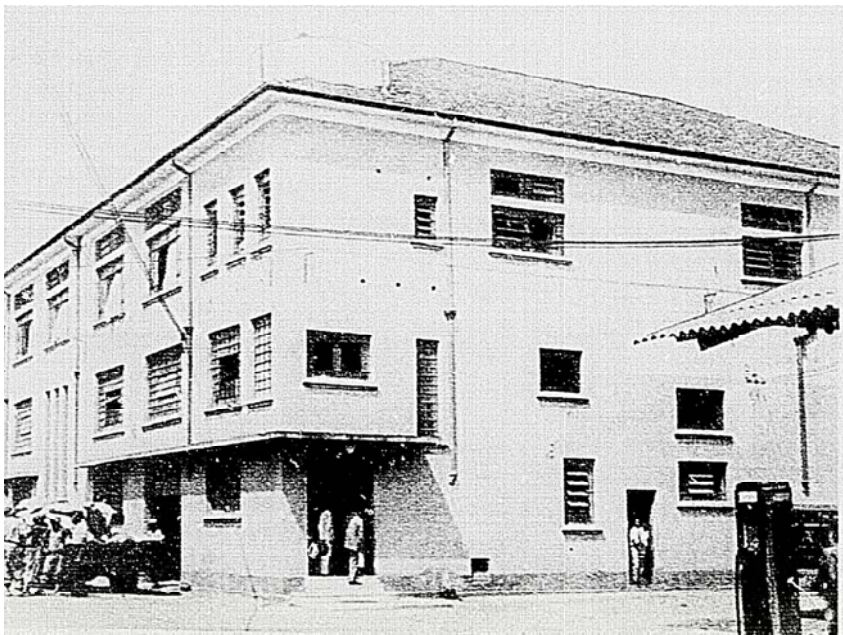
Analisando os grupos mais importantes, destacamos aqui alguns elementos estatísticos relativos às cooperativas de consumo, colhidos no último balanço (1945), advertindo, porém, que se referem a 61 dentre as 118 unidades que funcionaram no ano passado:

Capital realizado.....	\$ 4.734.000,00
Valores imobilizados.....	1.864.000,00
Estoques adquiridos.....	10.734.000,00
Valor dos fornecimentos.....	72.797.000,00
Despesas.....	4.799.000,00
Juros ao capital.....	203.347,00
Fundo de reserva e outros.....	1.623.000,00
Taxas de serviços.....	6.983.000,00
Retorno.....	1.623.574,00
Total das operações.....	254.614.875,00

Até setembro de 1946, como vimos, havia 199 cooperativas deste tipo, com 87.709 associados e capital subscrito superior a 21 milhões de cruzeiros.

Outro grupo importante é o das cooperativas agrícolas mistas, definidas pela legislação brasileira como aquelas “que têm por objeto um conjunto de operações que se enquadram nas atividades de duas ou mais categorias mencionadas em lei” (por ex., uma sociedade com secção de consumo, crédito e beneficiamento de produtos agrícolas). Os números atuais revelam a existência de 89 com 23.476 associados e capital subscrito superior a 30 milhões. Os elementos estatísticos colhidos em 1945 são os seguintes, relativos, apenas, a 73 sociedades:

Capital realizado.....	\$ 16.936.000,00
Valores imobilizados.....	43.108.000,00
Estoques adquiridos.....	28.000.000,00
Estoques produzidos.....	16.000.000,00
Valor dos empréstimos.....	12.900.000,00
Valor das vendas em comum.....	204.730.000,00
Valôr dos fornecimentos.....	135.750.000,00
Juros ao capital.....	1.563.000,00
Reservas.....	5.175.000,00
Depósitos.....	63.000.000,00
Taxas de serviços.....	36.000.000,00
Retorno.....	1.822.000,00
Despesas.....	32.000.000,00
Total das Operações.....	2.010.502.000,00



Coop. Agrícola de Cotia: sede da sociedade na Rua Arco-  
verde, em São Paulo, capital dêste Estado.

Outro grupo forte é o das cooperativas agro-pecuárias, entidades que não devem ser confundidas com as mistas anteriormente definidas, porque estas não tem, de modo geral, várias secções em que podem ser classificados os associados, conforme à natureza dos seus interesses. As agro-pecuárias são entidades que dão assistência, em conjunto, aos profissionais da lavoura e da pecuária, muitas vezes exercendo simultaneamente ambas as atividades.

Até setembro deste ano existiam 13 ,com cerca de 1800 associados e capital subscrito Superior a 3.7000.000 cruzeiros. Os elementos colhidos no último balanço, com relação apenas a 3 sociedades, informam o seguinte:

Capital realizado.....	\$ 579.599,00
Valores imobilizados.....	811.331,00
Estoques adquiridos.....	284.268,00
Estoques produzidos.....	152.238,00
Valor das vendas em comum.....	10.051.000,00
Valor dos fornecimentos.....	2.031.000,00
Despesas.....	533.000,00
Taxas de serviços.....	648.215,00
Total das operações.....	37.177.000,00

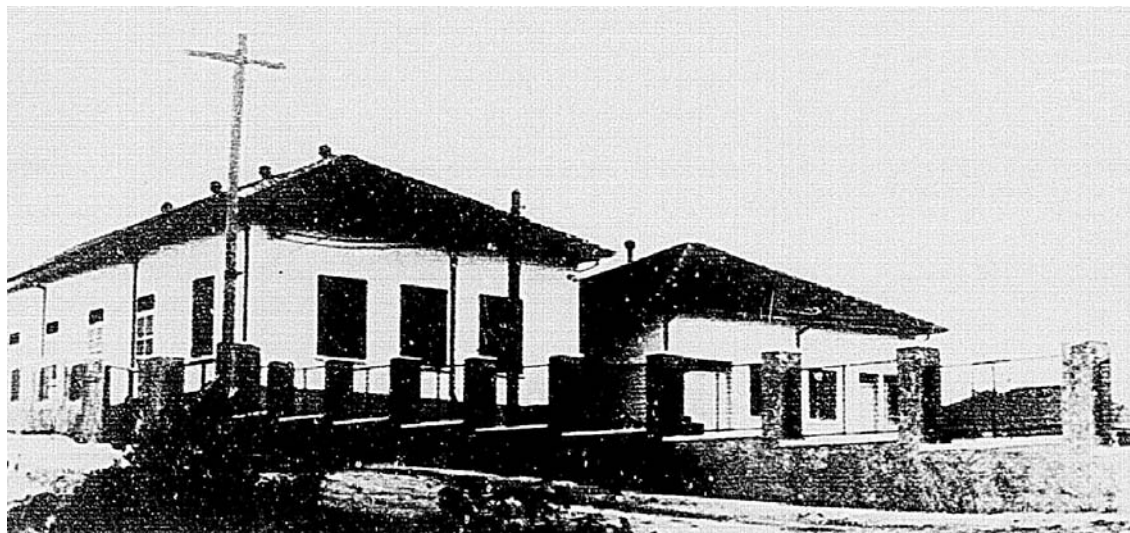
Atualmente existem 25 cooperativas de crédito agrícola, com 8.400 associados e capital aproximado de 15 milhões de cruzeiros. Dos últimos resultados de balanço, e apenas referentes a 12 sociedades que funcionaram no ano passado, extraímos os seguintes números:

Capital realizado.....	\$ 3.607.000,00
Valores imobilizados.....	811.963,00
Despesas.....	1.459.000,00
Juros ao capital.....	132.961,00
Valores disponíveis.....	6.742.000,00
Valor dos empréstimos.....	16.734.000,00
Taxa de serviços.....	1.315.000,00
Retorno.....	181.000,00
Depósitos.....	19.729.000,00
Total das operações.....	92.805.000,00

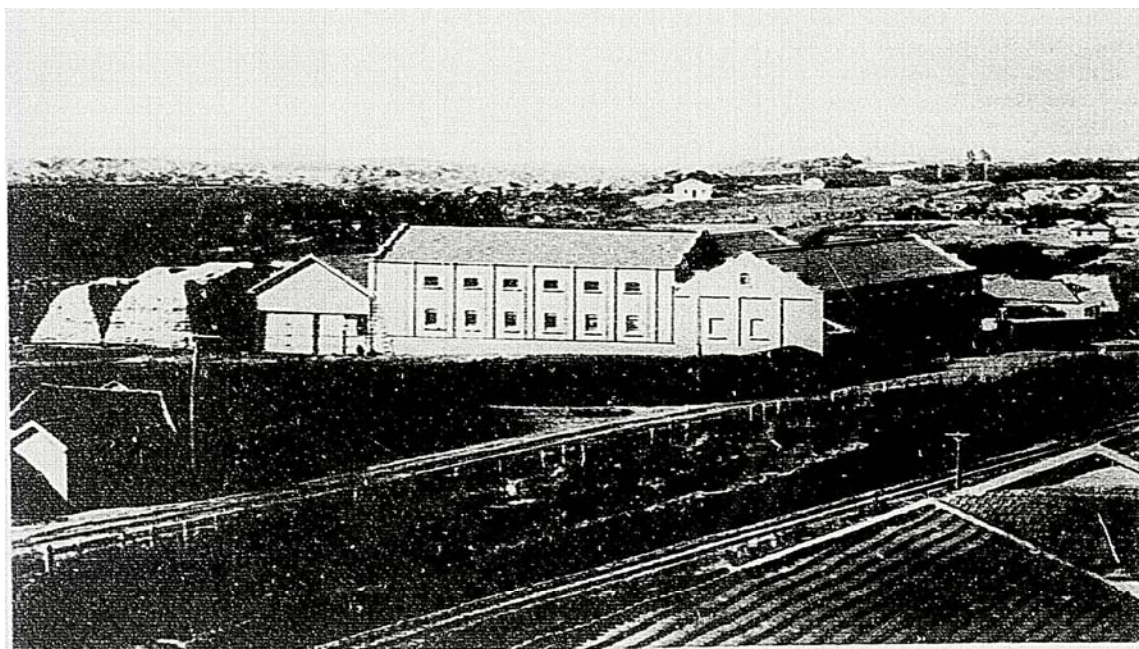
As cooperativas de laticínios representam-se, atualmente, por 23 unidades com 1.296 associados e capital de 15 milhões de cruzeiros. Das 14 que funcionarem em 1945, colhemos os seguintes dados financeiros:

Capital realizado.....	\$ 6.275.000,00
Valores imobilizados.....	11.476.000,00
Estoques produzidos.....	1.794.000,00
Valor das vendas em comum.....	57.494.000,00
Valor dos fornecimentos.....	12.359.000,00
Despesas.....	5.684.000,00
Juros ao Capital.....	259.000,00
Fundo de reserva.....	2.000.000,00





Coop Agrícola de Cotia: Instalações para produção de sementes e seleção de aves poedeiras. Em baixo: a Secção de Incubação de Caxingui, com capacidade anual para 1.000.000 de pintos.



Coop. Agrícola Mista de Pompéia, Estado de São Paulo: Instalações da usina de algodão, localizada à margem da ferrovia.

Taxas de serviços.....	6.350.000,00
Retorno.....	524.000,00
Total das operações.....	371.880.000,00

A primeira entidade paulista desta categoria foi organizada em Cruzeiro, no ano de 1931; dois anos depois, 13 sociedades filiaram-se a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, que foi a primeira constituída no Brasil. Esta importante central faz hoje distribuição domiciliar e em seus postos, de leite pasteurizado; higiênicamente engarrafado em embalagem padronizada. De janeiro a junho de 1946 distribuiu 131 milhões de litros à população da capital. O valor das vendas de leite, durante o período de janeiro a novembro de 1946, atingiu a mais de 40 milhões de cruzeiros.

Por último destacarei o grupo das cooperativas de trabalho e produção, presentemente em número de 10 com 1.144 associados e capital superior a 5.900.000 cruzeiros. Em 1945 funcionaram apenas 5, com o capital de 4.163.000 cruzeiros. Os valores imobilizados atingiram a 2.469.000,00 e os estoques produzidos a 6.232.000,00. As vendas em comum da produção alcançaram a 9.127.513 cruzeiros e o valor total das operações a mais de 27 milhões.

3. Bahia - Foi feita referência ao movimento cooperativo neste Estado, cujas primeiras tentativas praticamente fracassaram, de vez que as projetadas Caixas Rurais, em sua maioria, não chegaram a funcionar. E as quatro que lograram sobreviver, passaram a adotar o sistema Luzzatti.

O incremento ao cooperativismo começou, pròpriamente, a partir de 1941, quando foi fundado um departamento governamental no Estado. Coube-me ser o sistematizador de sua prática, no que pude, felizmente, contar com a colaboração e apòio de dedicados companheiros.

Naquela época tínhamos apenas 22 cooperativas, das quais práticamente 1/3 apenas funcionava. Os elementos estatísticos mais próximos que, no momento disponho, registram que este Estado possui 204 cooperativas com 31.587 associados e capital realizado de \$ 7.724.000,00. Os empréstimos concedidos pelas sociedades de crédito atingiram aproximadamente a 65 milhões de cruzeiros. O movimento financeiro total, então apurado (setembro de 1944) atingia a \$ 371.000.000,00, valendo notar que no exercício anterior, o movimento global excedera de 480 milhões.

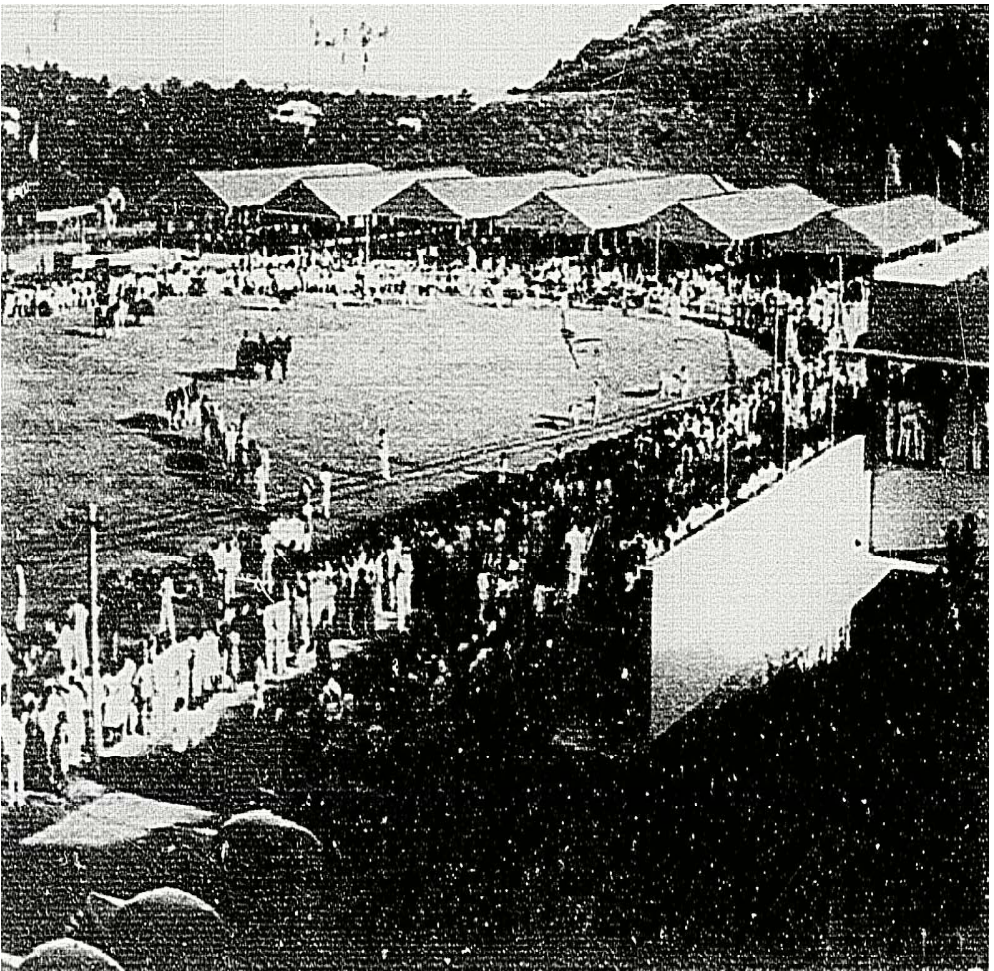
Quando foi fundado o Departamento de Cooperativismo, as sociedades de crédito vinham quantitativamente na dianteira, porém já em 1943 desciam ao 4º. lugar, para ceder o primeiro às cooperativas escolares, cuja obrigatoriedade foi estabelecida nas escolas oficiais mantidas pelo Estado.

Examinando, panorâmicamente, o movimento deste Estado, temos de destacar as cooperativas dos produtores de cacau, as escolares, as de energia elétrica, as culturais e a de pecúaria, justamente por serem as de maior significação.





Coop. Central Instituto de Pecuária da Bahia: pórtico do Parque de Exposições de Animais, em Ondina, capital do Estado da Bahia.



Coop. Central Instituto de Pecuária da Bahia: conjunto de pavilhões e pista de desfile de animais. Ondina, Salvador, Est. da Bahia.

A exportação de cacau vinha sendo tradicionalmente entregue a sete firmas comerciais de Salvador que mantinham, por longos anos, o monopólio da compra. Visando defender, economicamente, os produtores, o governo do Estado resolveu criar o Instituto de Cacau, a princípio de forma autárquica e depois cooperativa, regredindo, afinal, á atual condição de órgão autárquico.

Praticamente desamparados, porque então o Instituto não podia evitar os males do comércio especulativo das firmas privadas, resolveram os produtores de cacau reunir-se em cooperativas locais e em duas centrais, uma das quais chegou a estabelecer relações de comércio com o mercado norte-americano, em condições extremamente favoráveis.

Eis senão quando resolve o govêrno federal intervir diretamente no mercado, fazendo-o, porém, desastradamente, porque afastava, ao mesmo tempo, as firmas exploradoras que especulavam, e as cooperativas que defendiam os interesses económicos dos produtores. Passou, então, ao Instituto, o monopólio do negócio, sendo obrigados os 22.000 plantadores de cacau a entregar-lhe toda a produção, sujeitando-se ao financiamento e às condições por ele estipuladas.

Operando apenas num exercício, a Cooperativa Central exportou, no regime de quotas, 94.750 sacos (setembro a março), o que lhe permitiu devolver aos associados um montante de 768.000 cruzeiros, ou sejam mais \$ 8,10 por saco, além da cotação corrente. A produção bahiana de cacau, no mesmo período, foi de 2.200.000 sacos. Se tôda a exportação estivesse a cargo da Central, poderia resultar num retôrno de 17 milhões de cruzeiros aos produtores.

Restabelecido, agora, o comércio livre do cacau, e reiniciadas as operações da Central, esperamos que o movimento cooperativo na Bahia passe a desempenhar significativo papel no mercado de exportação, ultrapassando sensivelmente os números anteriormente atingidos.

O cooperativismo escolar merece destaque especial, não pròpriamente pelo que representa no momento, mas pela força potencial que possui. Tornado obrigatório nas escolas públicas, infelizmente não tem tido a extensão desejada nem a aceitação correspondente. Como autor da lei, esclareço que nosso empenho não era levar uma organização compulsória ao seio das escolas, de resultados educativos contraproducentes. Não visávamos impor à coletividade escolar uma organização que por definição é voluntária. Os estudantes são sempre permeáveis às idéias generosas de solidariedade. Tínhamos apenas em vista impor ao professorado esta atividade extra-curricular, considerada subsidiária e de importância fundamental no preparo da mentalidade infantil.

Segundo dados atualizados, há no Estado 120 cooperativas escolares abarcando 5.183 associados, com o capital subscrito de \$ 17.712,00. Possivelmente hoje esta cifra terá excedido de uma centena de milhar. Essas sociedades se encarregam de adquirir artigos escolares e vestuário para



fornecer a preço de custo. Neste setor destacam-se as Cooperativas Universitárias da Escola Agronômica (Cruz das Almas) e da Faculdade de Direito (Salvador), duas promissoras entidades que visam amparar economicamente estudantes universitários, incluindo também adequada hospedagem.

Nada menos de 5 cooperativas de eletricidade foram organizadas neste Estado, porém somente três conseguiram sobreviver. Delas a mais importante é a de Queimadas, uma longínqua cidadezinha perdida na zona nordestina. A Bahia tem sido o campo de experimentação desse tipo, embora seus resultados sejam ainda modestos. A finalidade tem sido fornecer energia elétrica para a iluminação da cidade e dos domicílios, mantendo para isso contrato especial com as prefeituras locais.

As cooperativas culturais são em números de duas, destacando-se a de Alagoinhas - a primeira constituída no Brasil. Seus membros são os pais de alunos, atingindo, presentemente, a 93, com o capital de \$ 115.000,00. Seu ativo total monta a \$ 336.253,00. A sociedade mantém cursos primário, secundário, normal e comercial para preparo de secretárias. As aulas funcionam em dois pavilhões modernos, com 43 dependências internas, especialmente construídos para esta finalidade. Possui excelente praça de esportes e uma pista de 500 metros de extensão. A matrícula média anual tem sido de 115 alunos.

Um traço característico digno de nota é o critério social adotado. Há presentemente 22 alunos gratuitos, dos quais 10 indicados pela municipalidade, 10 pelo Departamento de Educação do Estado, um pelo Centro Operário local e outro admitido pela sociedade. Há quatro alunos estudando no regime de crédito parcial e total, em conta corrente resgatável sem juros e a longo prazo, depois de concluídos os estudos. Aos pais de famílias numerosas (em número de 36, no momento), a Cooperativa concede abatimentos especiais de 20 a 60% sobre o valor das taxas escolares.

O capital é dividido em quotas-partes do valor de \$ 100,00 cada uma, realizável de uma só vez ou em prestações mensais não inferiores a 2%, devendo cada associado subscrever, no mínimo, uma série de 10 quotas por cada matrícula que pretender. Quando os alunos se retiram do estabelecimento, porque tenham concluído o curso ou por outro qualquer motivo, dá-se o resgate compulsório das quotas de capital. Interessante sob tantos aspectos, esta Cooperativa Cultural é um marco acentuado da socialização do ensino em nosso país, cujo exemplo deve ser repetido em toda parte.

Por último vejamos uma cooperativa do ramo da produção animal - a Cooperativa Central Instituto de Pecuária da Bahia - com sede em Salvador e área de ação extensiva a todo o Estado. Esta entidade tem por fim promover a defesa econômica dos criadores, desde a organização dos plantéis de gado selecionado e financiamentos adequados, até o suprimento de todos os instrumentos de trabalho, através de sua movimentada seção de vendas. No último exercício, suas operações de financiamento atingiram a 18 milhões de cruzeiros, distribuídos entre operações de penhor pecuário, hipotecário,

conta-corrente, penhor mercantil e títulos descontados. Sua Carteira de Crédito já atendeu a 1.200 associados. Outra modalidade interessante de financiamento, é a venda, a prazo, de reprodutores, até o preço individual de \$10.000,00, observada a tabela Price.

A cooperativa mantém serviços de propaganda zootécnica e cooperativista, assim como presta informações sobre preços do mercado. Possui duas fazendas-modêlo e um pòsto veterinário no interior do Estado. No momento vem dedicando especial atenção à formação de gado leiteiro e à seleção de couros e peles para exportação. Em colaboração com o governo mantém um serviço genealógico de raças indianas. No Parque de Ondina, de sua propriedade, realiza-se anualmente uma importante exposição interestadual de animais, com grande concorrência. Esse parque possui 10 pavilhões modernos, uma excelente pista para desfile e ampla arquibancada para assistência.

4. Pernambuco - É - o Estado do norte do país melhor organizado do ponto de vista cooperativo. Dados estatísticos mais recentes assinalam a existência de 204 sociedades (6 de consumo, 4 de lacticínios, 22 de crédito, 86 agro-pecuárias, 74 escolares e 12 diversas), envolvendo 61.000 associados. São os seguintes os demais elementos colhidos:

Capital.....	\$ 40.713.000,00
Valores patrimoniais.....	15.694.000,00
Fundos diversos.....	11.590.000,00
Depósitos.....	91.810.000,00
Caixa e Bancos.....	46.944.000,00
Valor das compras.....	3.085.000,00
Valor das vendas.....	422.900.000,00
Valor dos empréstimos.....	131.762.000,00
Valor dos produtos fi- nanciados.....	273.861.000,00
Movimento financeiro geral.....	689.566.000,00

Considerando os grupos mais importantes, verificamos que o movimento financeiro das cooperativas de consumo foi de \$ 5.162.000,00; das cooperativas de lacticínios \$ 10.335.000,00; das cooperativas de crédito \$ 133.831.000,00 e das cooperativas agro-pecuárias de \$ 156.277.000,00.

O grupo das cooperativas escolares merece especial destaque, sendo, provàvelmente, o movimento mais vigoroso do país. Possui Pernambuco 74 deste tipo com 13.000 associados. Tendo apenas o capital de 19.000 cruzeiros, pôde realizar o movimento financeiro global de 262.000,00. No momento estão em entendimento com uma cooperativa local de sapateiros, para fornecimento de grande partida de calçados escolares a preços mais baixos. Desde 1938 vêm distribuindo artigos escolares e de uso individual aos alunos seus associados, sendo um movimento de indiscutível êxito e digno de ser referido nessas breves notas.

A força do cooperativismo pernambucano, entretanto, está em suas grandes realizações no setor da produção, através das cooperativas de laticínios (1936), de horticultores (1937), de produtores de fibras – especialmente caroá - (1940), de bangueseiros e usineiros de açúcar (também 1940).

A Cooperativa de Laticínios, instalada com magnífica usina higienizadora moderna financiada pelo Estado, por força de acôrdo celebrado com o mesmo, tem exclusividade para o suprimento de leite à população de Recife. Tem cerca de 400 associados e o capital superior a um milhão de cruzeiros. A dos Horticultores tem igualmente exclusividade para fornecimento de legumes à população da capital do Estado, contando com cerca de mil produtores associados; dispendo, embora, de um capital de 19.000 cruzeiros, tem realizado anualmente movimento financeiro superior a 3 milhões. A Central dos Bangueseiros (produtores de açúcar banguê) realizou na safra 1941/42 um movimento de vendas superior a 12 milhões de cruzeiros, distribuindo entre os associados a sobra de 1.400.000,00. Seu capital subscrito é de aproximadamente 1.700.000 cruzeiros. A Central dos Usineiros, na mesma safra, produziu 4.546.337 sacos de açúcar de todos os tipos. Fez financiamentos aos associados no valor de 238.829.000,00. Segundo dados consultados no momento, seu capital é superior a 4,5 milhões de cruzeiros. Entre os associados, na safra indicada, foi distribuído o retôrno de 1.226.000,00.

Com a finalidade de financiar, fomentar a produção e defesa do mercado e melhorar as condições de transporte da zona cafeeira, foi também constituída a Cooperativa Instituto do Café. Possui cêrca de 500 produtores associados com o capital de \$ 3.662.000,00. No ano de 1942 fez financiamentos no valor de \$ 2.170.000,00, atingindo seu movimento financeiro global a \$ 7.387.000,00.

Visando amparar mais decididamente o movimento, resolveu o govêrno estadual subordinar ao Departamento de Cooperativismo, um Serviço de Irrigação e Açudagem, ao lado de um órgão de financiamento - a Caixa de Crédito Mobiliário. Com estes dois importantes órgãos acessórios, grande incremento, foi dado ao cooperativismo, numa região em que os recursos financeiros eram escassos e amplamente desfavoráveis as condições meteorológicas.

Desde fevereiro de 1941 o Serviço de Irrigação passou a servir as cooperativas da zona sêca do Estado. Segundo elementos de pronta consulta, referentes ao exercício de 1943, haviam sido construídos 76 açudes com a capacidade de 10.321.040 metros cúbicos, além de 5 serviços de irrigação.

O financiamento dessas obras esteve a cargo da Caixa de Crédito Mobiliário, criada em agosto de 1938. Sôbre este assunto falarei oportunamente no capítulo final.

5 – Paraíba - Com o fracasso das Caixas Rurais fundadas na Bahia, coube à Paraíba a posição de segundo núcleo importante do raiffeiseanismo no Brasil, logo depois do Rio Grande do Sul.

Em recentes publicações eram indicadas 24 unidades deste tipo ,entretanto informações mais atualizadas e divulgadas pelo próprio Departamento de Cooperativismo deste Estado, registram, apenas, a existência de 10, o que deixa entender que algumas desapareceram ou adotaram outros sistemas.

Dentre as mais antigas, por exemplo, indicam-se as de Bananeiras e Patos; a primeira ainda funciona, mas a segunda reformou o Estatuto, transformando-se em banco agrícola.

Êste movimento teve origem em 1920, por iniciativa da Inspetoria Agrícola Federal (Ministério da Agricultura).

Segundo dados estatísticos, funcionaram no ano passado na Paraíba, 53 cooperativas de diversos tipos, assim devididas: 10 Caixas Rurais, 31 de Crédito, 5 Mistas de Produção e Beneficiamento e 7 de Consumo. Envolviam quase 20.000 associados. O capital subscrito e realizado eram respectivamente de \$ 6.457.000,00 e 5.829.000,00. A conta de depósitos era de \$ 124.055.000,00 e a dos empréstimos atingia a \$ 83.394.000,00. Aos associados foi distribuído o retôrno de \$ 326.000,00. O movimento financeiro global atingiu a \$ 504.338.769,00.

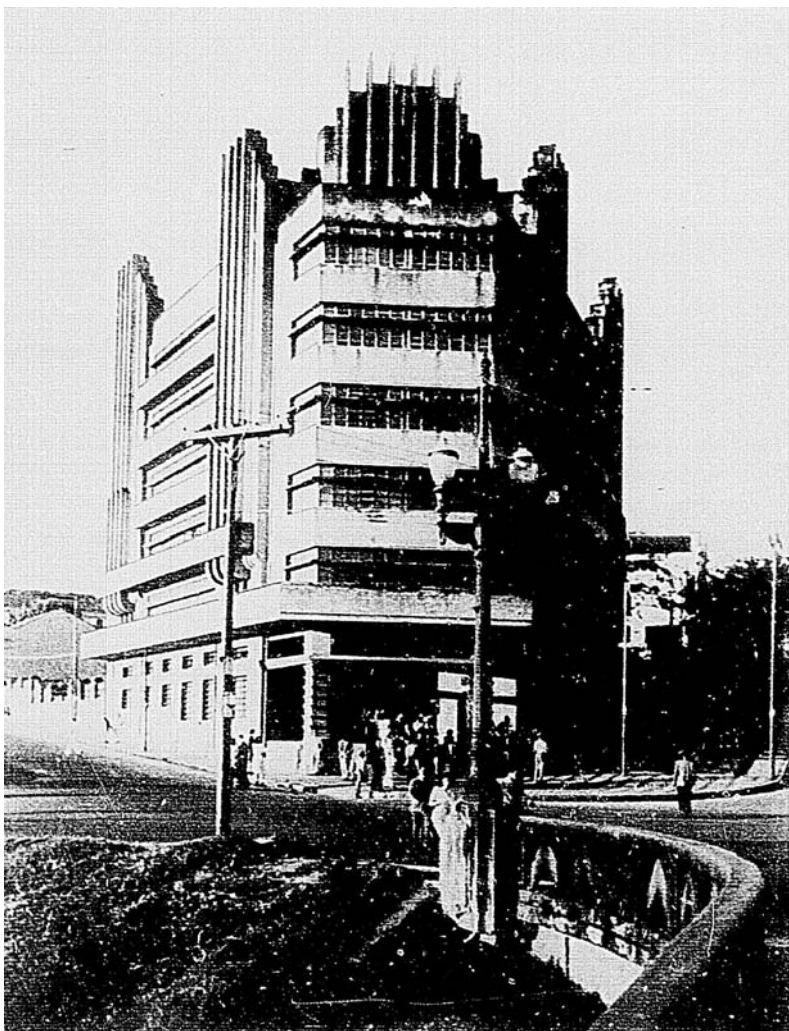
6- Minas Gerais - No breve desenvolvimento histórico realizado neste trabalho, tive oportunidade de salientar a posição de liderança deste Estado, como pioneiro da campanha. Como vimos, seu movimento inicialmente se dirigia para amparar os produtores de café. Posteriormente tornou-se menos específico, dirigindo-se a outros setores de produção, como o de laticínios.

Havia neste Estado, no ano passado, 96 cooperativas em funcionamento, com 33.000 associados. Os valores patrimoniais dessas organizações montavam a \$ 20.921.000,00. Do capital subscrito de aproximadamente 23 milhões de cruzeiros, foram realizados quase 20 milhões. O fundo de reserva atingiu a \$ 3.566.000,00. As cooperativas de crédito registraram o depósito de \$ 10.256.000,00. Aos associados foram distribuídos 1.626.000,00 a título de retôrno. A conta de venda dos produtos agrícolas atingiu a \$ 118.473.000,00. Somadas as operações de tôdas essas entidades, verificou-se o movimento financeiro global de \$ 842.473.444,00.

Dentro do movimento cooperativo montanhês é de justiça destacar a Cooperativa de Consumo da Viação Rede Mineira, que em nosso país só encontra organização similar, embora mais avançada, na Cooperativa dos Ferroviários do Rio Grande do Sul, a que tive oportunidade de me referir detalhadamente.

Mantém a congênere mineira, em belo e moderno edifício próprio, instalações completas onde os associados encontram tudo que necessitam para manutenção de suas famílias: desde os gêneros alimentícios, calçados, vestuários e mais objetos de uso pessoal até a mais eficiente assistência dentária mantida por qualquer cooperativa no Brasil.

Na verdade, a clínica e assistência dentária proporcionadas por



Coop. Mista dos Ferroviários da Rede Mineira: tem seus serviços instalados no Edifício Chagas Doria, de sua propriedade em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Mantém no interior do Estado varios armazéns para abastecimento dos associados. É a Cooperativa que dispõe do melhor serviço de assistência dentária do país.

esta entidade é modelar, ocupando um amplo andar do edifício, em excelentes gabinetes servidos por uma equipe de profissionais de elevado conceito técnico.

7 - Rio Grande do Norte - Recente também é o movimento cooperativo nesta unidade nordestina, que já conta 43 sociedades, com o movimento financeiro (1945) superior a 200 milhões de cruzeiros.

Neste número estão computadas 38 cooperativas de crédito, que realizaram 9.869 empréstimos e descontos, do valor de \$ 30.755.409,00. Na campanha cooperativista deste Estado, estão envolvidas aproximadamente 13.000 pessoas, cuja maior parte está radicada às atividades agro-pecuárias.

Especial relêvo merece a Cooperativa Central de Crédito, com sede em Natal, capital do Estado, cujo movimento financeiro corresponde a 50% do total realizado pelas 43 sociedades. Em grau de importância econômica, vem em segundo lugar a Cooperativa dos Salineiros, cujo movimento atingiu a \$ 48.724.000,00.

Uma promissora experiência está em curso, através da Cooperativa dos Pescadores de Natal, organização que está agremiando pobres pescadores outrora escravizados ao intermediarismo.

Esta sociedade foi fundada em 1944 por 37 pescadores, devendo atingir a 200 em breve tempo. Para se ter idéia das proporções desse empreendimento, basta dizer que, constituída com o capital de \$ 2.000,00 (valor do aluguel de um apartamento médio no Rio de Janeiro) pôde realizar entregas de pescado em 1944 e 1945, respectivamente de 356.044 e 902.608 cruzeiros, atingindo suas vendas, respectivamente, a 417.426 e 1.042.161 cruzeiros.

No exercício passado foi declarado o lucro líquido de 40.000 cruzeiros, devolvido aos associados à base de retorno proporcional. Com recursos tão modestos, mantém uma secção de assistência social, que oferece tratamento médico, auxilia despesas de funeral e proporciona um auxílio semanal de emergência, no caso do associado desempregar-se ou adoecer.

8 - Ceará - Aproximadamente 20.000 associados empenham-se no movimento cooperativo deste Estado. As 81 cooperativas existentes assim distribuem-se: 26 de produção agrícola, 3 de produção animal, 10 do crédito, 15 de consumo doméstico, 24 escolares, 3 diversas, sendo uma de construções, outra de pesca e outra de rendeiras.

Há uma indústria doméstica tradicional no Ceará, desenvolvida pacífica e laboriosamente nos lares menos favorecidos. É a manufatura de rendas, bordados e labirintos, amplamente conhecida e apreciada em nosso país. Esta produção dispersiva, sem plano de defesa econômica, vivia ao sabor da especulação de muitos intermediários, que contratavam, antecipadamente, toda produção de determinados grupos de moças.

Resolveram elas, então constituir sua cooperativa para financiar a produção com adiantamentos e colocar os artigos diretamente no mercado. Parece que os resultados práticos não têm correspondido perfeitamente aos propósitos, porém será questão de tempo e reajustamento, por não ser possível que uma produção tão valorizada pela procura, fique ao abandono e em regime de servidão econômica.

No exercício passado, as 81 cooperativas tinham subscrito o capital de \$11.541.000,00 dos quais \$ 7.108.000,00 já realizados. Seu fundo de reserva atingia a mais de um milhão de cruzeiros. Os saldos em banco aproximavam-se de 5 milhões. A conta de depósitos excedeu de 12 milhões, foram realizados 3.661 empréstimos do valor de 17 milhões e o movimento financeiro geral atingiu a \$ 216.500.000,00 aproximadamente.

9 – Paraná - O movimento neste Estado sulista dos mais novos e não obstante já se apresenta relativamente satisfatório.

Possui em funcionamento 162 cooperativas, das quais 80 escolares, 30 mistas agro-pecuárias com secções de crédito e 40 de produção.

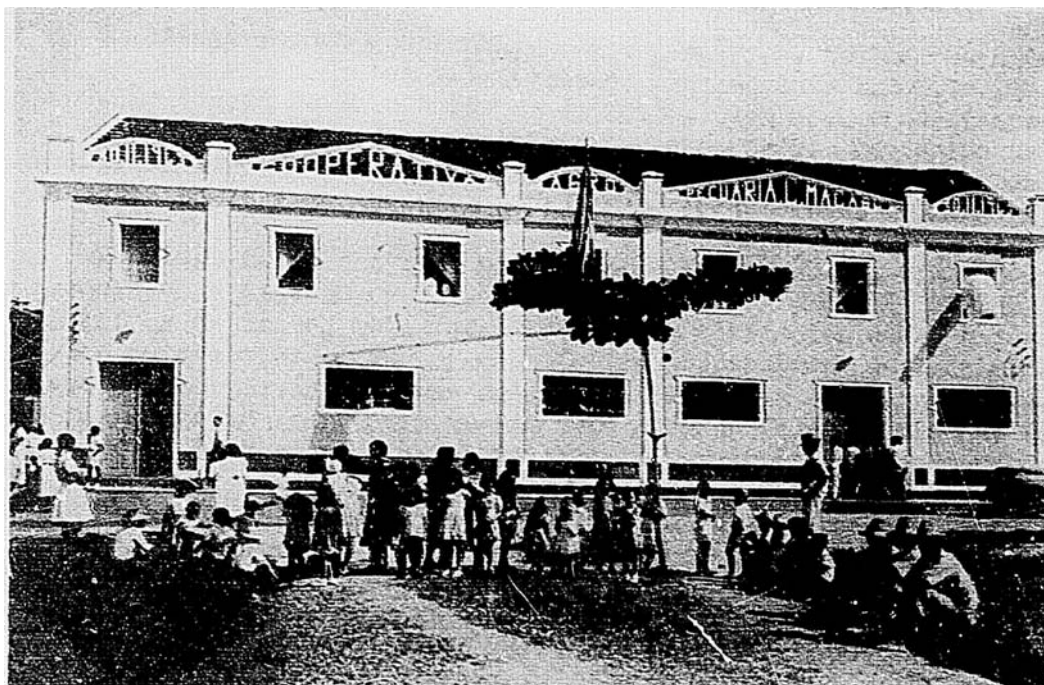
Pensa-se, no momento, em constituir uma federação de cooperativas escolares, com financiamento feito pelo govêrno local.

No grupo das cooperativas mistas e de produção, pròpriamente, registam-se grandes realizações. Vale salientar a Cooperativa Mista de Três Barras, com o movimento financeiro anual superior a 135 milhões e a "Mista 26 de Outubro", com aproximadamente 12 milhões de cruzeiros de movimentação financeira anual.

10 - Estado do Rio - No desenvolvimento histórico deste trabalho, tive ensejo de referir-me à primeira Caixa Rural constituída no Brasil, tendo por sede a cidade de Nova Friburgo, deste Estado. Tal cooperativa não mais existe, desaparecendo como tantas outras de sem tipo. Transmitirei dados estatísticos colhidos em boa fonte, embora não tenham sido oficialmente divulgados.

O Estado do Rio possui, presentemente, 139 organizações assim classificadas: 41 agro-pecuárias; 39 de consumo; 14 de crédito sistema Luzzatti; 14 de fruticultura, sendo citricultura a principal atividade, sobretudo na chamada Baixada Fluminense, promissora região agrícola próxima à capital do país; 11 de pesca; 5 agrícolas; 5 de laticínios; 4 escolares, incluindo a universitária da Escola Fluminense de Medicina Veterinária; 3 de transporte, 2 mistas e uma de produtores de sal. Dos mais importantes grupos, destaquei as seguintes:

Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, Ltda., em Volta Redonda, a maior de sua categoria neste Estado, empregando pessoal técnico, burocrático e operariado que serve nessa importante indústria. Estão inscritos 4.200 membros que abastecem 16.000 pessoas. Seu capital é de 850.000 cruzeiros, o movimento anual das vendas atinge a 18.000.000,00. O movimento financeiro geral é avaliado em 60 milhões.



Coop. Agro-Pecuária Nacabú, Ltda., Estado do Rio de Janeiro: Edifício da usina de laticínios, em cujo pavimento superior funciona sua administração.



Cooperativa de Crédito Banco da Lavoura Canavieira, com 14.800 associados plantadores de cana de açúcar e capital de 850 mil cruzeiros. No exercício passado emprestou cerca de 25 milhões, apresentando uma conta de depósito de associados aproximada de 6 milhões de cruzeiros. Para atender as necessidades de financiamento dos associados produtores, mantém um Fundo Especial de Empréstimo, constituído com a taxa de \$1,00 por tonelada de cana entregue nas usinas. Sua taxa tem sido de 4% ao ano, que é extremamente baixa para as condições financeiras do país.

Na categoria das cooperativas agro-pecuárias, destaca-se a de Rezende, com 140 associados e capital relativamente elevado de \$ 1.200.000,00. Tem uma produção diária de 23.000 litros de leite. Seu movimento financeiro global foi de 27 milhões de cruzeiros, no ano passado. Tem usina própria de pasteurização e fabrico de manteiga. Estou informado de que todas as organizações deste tipo possuam instalações industriais.

No grupo de laticínios destaca-se a de Cantagalo, com 137 produtores associados e capital de 890.000 cruzeiros. Sua produção diária é de 11.000 litros de leite, atingindo o movimento financeiro anual a cerca de 6 milhões de cruzeiros. Na organização das cooperativas de laticínios e em algumas agro-pecuárias, teve relevante influência a Comissão Executiva do Leite, órgão de emergência criado pelo governo federal, visando intensificar a produção para suprimento de leite à população do Rio.

No grupo dos fruticultores sobressai a entidade de Nova Iguaçu, com 140 produtores associados. Seu capital é de 80.000 cruzeiros, embora realizando o movimento financeiro anual de 14 milhões. Em 1945 exportou 200.000 caixas de laranja para Buenos Aires à base de \$ 70,00 por unidade.

No Brasil, as cooperativas de citricultores têm tido sofrível desenvolvimento, muito aquém de suas reais possibilidades.

11 - Distrito Federal - Grande centro populoso, constituindo uma das maiores cidades das Américas, a capital do Brasil é necessariamente um ambiente propício ao desenvolvimento das cooperativas de consumo.

As imperiosas necessidades da guerra, que naturalmente nos transformaram numa grande fonte de suprimento; a ausência de planos racionais de produção; a precariedade de transporte e da assistência de crédito; a deficiente mecanização dos meios de produzir; a desordenação dos preços, dando causa a uma especulação irrefreada - todos esses fatores conjugados, em resumo, têm contribuído para que o abastecimento nos grandes centros, e especialmente na capital do país, venha sendo feito da maneira mais deplorável. Filas intermináveis estendem-se ao longo dos passeios, às vezes pernoitando para obter algumas gramas de pão, carne, banha, manteiga ou açúcar. O aspecto lamentável e positivamente nos entristece ver a bela capital, universalmente proclamada como "cidade maravilhosa", com a fisionomia de uma cidade triste e empobrecida, como se fora território devastado. Esta foi a grande herança que a ditadura de quinze anos nos legou.

Não obstante todo empenho e desejo dos poderes públicos, nesta fase de recuperação democrática, infelizmente a crise não se tem atenuado. O cooperativismo, necessariamente, será a grande solução.

Por iniciativa do Ministério da Agricultura foram recentemente organizadas algumas cooperativas, especialmente as populares de bairro e as de determinadas classes profissionais, atingindo também a zona suburbana da capital.

Estas sociedades são em número de 53, havendo já a Federação respectiva. Pouquíssimas, porém, estão funcionando. Os resultados práticos obtidos ainda não correspondem às suas possibilidades, pois sendo o Rio de Janeiro uma cidade onde a distribuição difícil e caríssima, já deveriam os consumidores, inteligentemente, ter-se libertado das terríveis tenazes do comércio varejista.

Efetivamente, para uma população de 1.940.000 habitantes, em números redondos, há aproximadamente 13.000 estabelecimentos de comércio varejista (padarias, armazéns, quitandas, açougues, bars, leiterias, restaurantes, pensões, hotéis) o que significa que praticamente cada grupo de 150 pessoas sustenta uma casa de comércio. É um luxo que nos custa caro, se levarmos em conta o volume astronômico das inversões a na montagem e manutenção desses negócios, a exigirem afluxos correspondentes de dinheiro do povo.

Na área do Distrito Federal, até junho de 1946, existiam 105 cooperativas de vários tipos, legalmente constituídas, sendo 34 de consumo (posteriormente, como vimos, foram organizadas mais 19); 16 de crédito; 13 de produção animal (avícolas e de pesca); 11 de produção vegetal, especialmente de citrus e 18 de diversas categorias (de construção, editoras, de seguros, de trabalho e transporte).

Por mais estranho que pareça, é difícil a um pesquisador do movimento cooperativo no Distrito Federal obter dados estatísticos atualizados, porque o Ministério da Agricultura não está suficientemente aparelhado para realizar as apurações estatísticas mensais em todo o país. Sobrecarregado com o contróle de 2.400 cooperativas, terá naturalmente de retardar a apuração dos elementos relativos, à capital do país. Os elementos estatísticos referidos neste trabalho, procedem das próprias cooperativas ou dos órgãos estaduais de assistência ao movimento.

Funciona na capital federal uma Cooperativa Central, que acaba de receber o acervo da extinta Comissão Executiva do Leite, órgão mantido oficialmente para garantir o suprimento população. Os produtores que estavam obrigados a entregar-lhe a produção e os consumidores que se abasteciam nos seus entrepostos e caminhões, jamais estiveram satisfeitos com os resultados.

Agora a crise tende a normalizar-se com a entrega Cooperativa Central do Leite de todo patrimônio da extinta entidade, constituído compulsoriamente com as taxas a que estavam obrigados os produtores. A Central conta, presentemente, com 43 sociedades cooperativas filiadas, com sedes em municípios vizinhos dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, obrigando-se

a assumir todas as obrigações da CEL (Comissão Executiva do Leite), inclusive suprimento de leite pasteurizado à população do Distrito Federal. Nem todos os produtores da região estão filiados. Dos 6.217.983 litros de leite distribuídos na capital em junho passado, apenas 4.244.346 foram fornecidos pelas usinas cooperativas. O saldo foi distribuído por 25 unidades privadas não integradas no sistema e correspondente a pouco menos de 1/3 do abastecimento local.

A Central está em via de concluir as obras do Entreposto geral e instalar os postos de bairros, de modo a suprir a cidade com o mínimo de 200.000 litros diários que já necessita.

12 - Outros Estados - linhas gerais tracei o panorama cooperativista nacional, detendo-me nos Estados de maior desenvolvimento. Entretanto, pode considerar-se o movimento extensivo a todas as unidades da Federação, inclusive os territórios, embora em pequenas proporções.

Particular referência merece a organização da economia ervateira, iniciada em 1942 pelo Serviço de Economia Rural (Ministério da Agricultura), especialmente nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Com o desenvolvimento obtido, resolveu o governo federal instituir uma Comissão Executiva de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate, que teve de ampliar seu trabalho, levando-o também ao Rio Grande do Sul e Território de Ponta-Porã. Presentemente há 20.000 produtores de mate congregados em 24 cooperativas regionais; estas, por sua vez, organizaram 4 federações, visando melhor defender os interesses de cada região considerada. Recentemente, coroando a obra realizada com tanto êxito, foi constituída a Confederação que, além de estender suas atividades por todo o país, ainda se empenhará em estabelecer relações de comércio, diretamente com os centros consumidores estrangeiros.

Segundo dados divulgados pela Comissão, relativos ao ano social 1944-45, e referentes, apenas, a 15 cooperativas que então existiam (11 no Paraná e 4 em Santa Catarina), seu capital excedia de 20 milhões de cruzeiros e o total das vendas realizadas aproximou-se de 30 milhões. O custo da produção (38.118.509 quilos) foi de 26 milhões de cruzeiros, acrescida de uma despesa de 714 mil.

Para que se tenha uma idéia aproximada do que representava êsse negócio do mate para os produtores, antes da organização cooperativista, é interessante conhecer os seguintes detalhes: "... a despesa feita pelo mate, nas operações de recebimento, verificação, uniformização, armazenamento, ensacamento, carretos, embarques e frete, somada aos gastos das cooperativas com gerentes, diretores, funcionários, sede, etc., alcança apenas 4,6% de seu valor ou sejam CR\$ 0,53 por 15 quilos ou 0,635 por quilo. Entregue ao exportador, entrando nos velhos moldes de distribuição, chegámos ao seguinte resultado: um quilo de mate aumenta seu preço de CR \$1,20 para \$ 2,37 no seu trânsito do Brasil à Argentina, sem que tenha sofrido qualquer benefício, na generalidade dos casos. Custo dessa parte da distribuição -



As cooperativas escolares exercitam seus associados no preparo do terreno para sementeira, contando sempre com a assistência solícita das professoras.

97,5%.<sup>10</sup>

Graças a um inexplicável regime de proteção a indústria ervateira, entregue a grandes exportadores intermediários, em sua maioria meros comerciantes sem qualquer ligação direta com a lavoura, vinham eles com o privilégio de fazer a exportação. As cooperativas, autênticas organizações de defesa econômica dos produtores, exerciam sua atividade apenas da etapa da produção a de entrega do produto já beneficiado aos exportadores. Somente agora, com o Decreto n. 9.856 de 13 de setembro de 1946 que se permitiu "às sociedades cooperativas de produtores de mate e às suas federações, industrializar, vender e exportar, cancheada ou beneficiada, a erva-mate produzida por seus associados." É na verdade estranhável que houvesse necessidade de um decreto especial para conceder às cooperativas de produtores esse direito legítimo, reconhecido universalmente a todas suas similares: E logo se apressa o art. 2º. do mesmo decreto em afirmar que "as cooperativas de produtores de mate e suas federações terão o mesmo tratamento dispensado aos produtores, exportadores ou industriais e ficam sujeitas à política ervateira orientada pelo Instituto Nacional do Mate."

Rescapulemos: antes deste decreto, investindo as cooperativas numa prerrogativa que lhes é inata, porque decorre da própria doutrina e da legislação orgânica brasileira, os exportadores detinham um privilégio que não era comum às cooperativas de produtores; logo, porém, que a estas foi também assegurado o direito legítimo de exportar, cuidou-se de ressaltar que "terão o mesmo tratamento dispensado aos produtores, exportadores ou industriais". ...

Segundo ainda elementos colhidos no relatório citado, naquela safra foi distribuído entre os associados (então 10.969), o retorno de \$ 1.121.000,00 proporcionalmente às entregas realizadas.

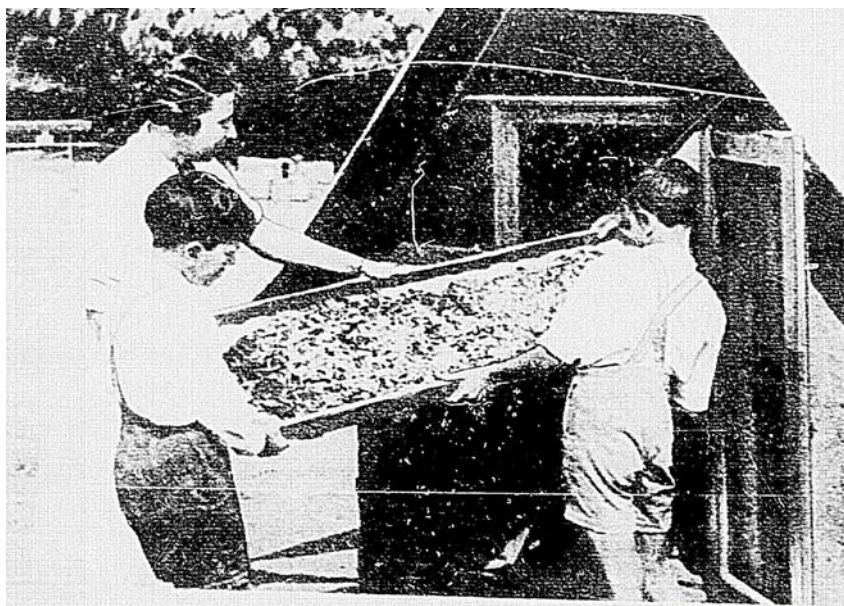
Em recente decreto a Comissão Executiva foi extinta (junho de 1946), cabendo ao Instituto Nacional de Mate o controle da economia ervateira, embora as cooperativas funcionem com autonomia administrativa.

Além das cooperativas de mate, Santa Catarina possui 47 escolares, com cerca de 3.000 associados e um movimento anual de vendas aproximado de 50.000 cruzeiros.

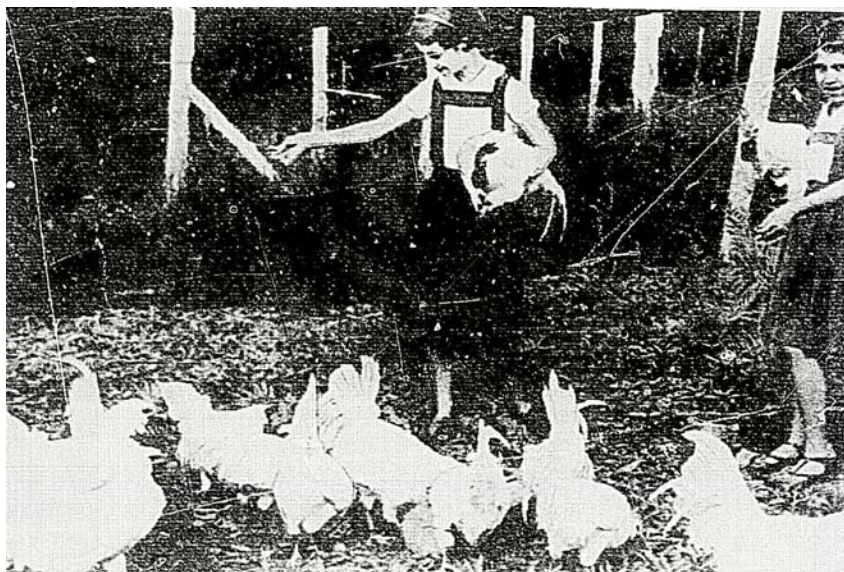
Em Alagôas merece destaque a recém-organizada Cooperativa dos Plantadores de cana, sediada em São Miguel dos Campos e constituída de antigos proprietários de engenhos-banguês. Considerando, por um lado, o grande desenvolvimento da indústria do açúcar no Brasil, realizado através de poderosas e modernas usinas de grandes empresas privadas, e de outro, que não convinha fornecer, apenas, a matéria prima às ditas usinas, compreenderam os pequenos industriais do Vale de São Miguel dos Campos, que teriam de combinar seus esforços e recursos para sobreviverem na feroz competição.

---

10. J. Arruda de Albuquerque, in "Cooperativismo", agosto, 1946, Rio, pg.4.



Contam com instalações completas para a criação e industrialização do bicho da seda, vendo-se aqui mais uma etapa dêsse interessante trabalho.



Outra atividade que as crianças das cooperativas escolares apreciam é a criação de galinhas.

Essa iniciativa deu origem a que construísem sua usina em edifício próprio, com a imobilização de \$ 4.500.000,00 em equipamento industrial. Conta atualmente 19 associados e o capital de \$ 7.300.000,00. Sua produção atual, sujeita ao regime estatal do contingentamento (quotas) é de 50.000 sacos, esperando-se que atinja aos 90.000, dentro em breve tempo. Esta notável realização, considerada como a maior usina cooperativa da América do Sul, foi em grande parte devida ao apóio financeiro de \$ 6.000.000,00 que lhe deu a Caixa de Crédito Cooperativo, o banco federal de assistência ao movimento, do qual falarei detalhadamente adiante.

#### 4. Resultados em conjunto

Seria de esperar que, ao fim deste trabalho, no qual ofereci uma visão panorâmica do movimento cooperativo nacional, também apresentasse os mais atualizados elementos estatísticos do movimento, considerado em seu conjunto. Desde o começo, porém, procurei cautelosamente ressaltar a deficiência dos nossos dados estatísticos. O Serviço da Economia Rural, órgão do Ministério da Agricultura encarregado de fazer as apurações, não está suficientemente aparelhado para se desincumbir desse encargo dentro do espaço e tempo desejado. Isso dificulta, extraordinariamente, os estudos dos interessados, pois que os elementos numéricos, essenciais a uma apreciação crítica, e nos quais poderiam basear-se contrastes e comparações de resultados, praticamente não existem.

Como chegar a conclusões em termos absolutos, se faltam os requisitos para isso? Teima-se ainda em não dar a devida atenção a êsse problema, fugindo-se à evidência de que nenhum pode ser equacionado em termos racionais, se aos técnicos e estudiosos não são proporcionados os elementos estatísticos de inferência e comparação.

Os últimos números divulgados pelo Serviço de Economia Rural, são relativos ao ano de 1941. Reapresentá-los seria diminuir as proporções do que temos feito até aqui, acentuando ainda sua inatualização. 11 Os que indicamos no correr deste trabalho, diretamente solicitados aos departamentos estaduais, representam resultados parciais.

Deu-se agora início à apuração de 1942, mas mesmo assim, os resultados são incompletos. As apurações são feitas através dos balancetes enviados pelas cooperativas aos órgãos fiscalizadores; mas para se ter idéia da precariedade desse serviço, basta dizer que, no ano considerado (1942), apenas 53% das cooperativas enviaram tais balancetes. Isso significa que os elementos estatísticos coligidos referem-se à metade do movimento. No ano anterior, a percentagem foi ainda menor – 48% - de resultados proclamados estão muito longe de corresponder à realidade.

Tomado o número-índice 100 para 1939, quanto ao número de associados, chegou-se a 258 em 1942 (aumento de 116.001 para 295.354 ou seja a de aproxi-

---

11. Ver "O Cooperativismo no Brasil", Secção de Registro e Fiscalização do SER, Ministério da Agricultura, Rio, 1942.



madamente 60.000 por ano); mas é preciso não esquecer que as apurações atingem a 53% das cooperativas existentes naquele ano, o que lhes tira muito valor.

Para conhecimento de outros detalhes, aqui reproduzo alguns dos elementos colhidos no Serviço de Economia Rural:

Movimento Financeiro das Cooperativas dos Anos 1939-1942

(Incompleto)  
Valores em Mil Cruzeiros

	1939	1940	1941	1942
Capital realizado	46.928	83.385	90.089	117.162
Valores patrimoniais	51.134	98.361	94.421	122.844
Depósitos	116.704	141.191	352.002	274.094
Empréstimos	120.767	177.265	272.429	251.029
Vendas	132.025	139.105	329.221	385.686
Fundo de Reserva	25.310	22.446	27.709	29.262
Fundos diversos	15.983	37.245	30.362	35.911
Movimento geral	1.107.177	1.544.470	2.793.885	2.858.077

Índices  
1939=100

	1940	1941	1942
Capital realizado	178	192	250
Valores patrimoniais	192	166	240
Depósitos	121	302	235
Empréstimos	147	225	208
Vendas	105	249	292
Fundo de Reserva	89	109	116
Fundos diversos	232	190	225
Movimento geral	139	252	258

Tomando ainda por base as apurações do Serviço de Economia Rural, poderemos estabelecer a seguinte distribuição geográfica, com indicação dos principais elementos:

1) Região Norte (Acre, Amazonas e Pará)

Associados.....	3.231
Capital realizado.....	768.900,00
Patrimônio.....	3.982.700,00
Depósitos.....	3.090.200,00
Empréstimos.....	3.443.100,00
Vendas.....	763.900,00
Reservas.....	2.333.800,00

2) Região Nordeste Ocidental (Maranhão e Piauí)

Associados.....	1.481
Capital realizado.....	329.50,00
Patrimônio.....	91.000,00
Depósitos.....	1.474.000,00
Empréstimo.....	1.784.400,00
Reservas.....	144.600,00

3) Região Nordeste Oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas)

Associados.....	81.397
Capital realizado.....	28.461.000,00
Patrimônio.....	9.142.200,00
Depósitos.....	96.915.400,00
Empréstimos.....	98.262.800,00
Vendas.....	29.706.300,00
Reservas.....	14.998.100,00

4) Região Leste Setentrional (Sergipe e Bahia)

Associados.....	8.233
Capital realizado .....	5.526.900,00
Patrimônio.....	5.144.900,00
Depósitos.....	10.996.500,00
Empréstimos.....	19.087.100,00
Vendas.....	1.683.900,00
Reservas.....	1.970.300,00

5) Região Leste Meridional (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal)

Associados.....	49.535
Capital realizado.....	42.090.500,00
Patrimônio.....	36.063.100,00
Depósitos.....	42.310.700,00
Empréstimos.....	37.717.700,00
Vendas.....	90.842.700,00
Reservas.....	12.799.800,00

6) Região Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)

Associados.....	151.319
Capital realizado.....	39.984.800,00
Patrimônio.....	68.420.100,00
Depósitos.....	119.006.800,00
Empréstimos.....	90.733.400,00
Vendas.....	262.689.300,00
Reservas.....	32.926.300,00

Não há referências interessantes sôbre as cooperativas do Oeste brasileiro (Goiaz e Mato Grosso), onde alias, o movimento ainda pequeno. Pelo simples confronto dos dados acima, verificamos que os grupos mais fortes estão localizados na Região Nordeste Oriental (3), na Região Leste Meridional (5) e na Região Sul (6). No primeiro grupo pode atribuir-se maior importância ao Estado de Pernambuco, que como teve oportunidade de referir, contou com o apôio material do govêrno local, através de um órgão próprio de financiamento às cooperativas; também nesta região o Instituto do Açúcar do Alcool amparou algumas cooperativas importantes de plantadores e industriais.

No segundo grupo incluem-se Estados de grande riqueza agrícola e industrial, como os de Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde há maiores inversões de capital e possibilidades de financiamento, pelo fácil acesso à capital do país.

No último grupo está precisamente o conjunto mais pujante, pois que São Paulo e Rio Grande do Sul, como vimos, levam a dianteira do movimento nacional, à vista de sua eloquente expressão financeira.

Vale entretanto ainda reiterar que os elementos estatísticos coletados reasentem-se de exatidão e atualização (são de 1942), representando, apenas, resultados apurados em 799 dentre as 1.484 cooperativas que então existiam.

-----

Com grande esforço de pesquisa, obtive do Serviço de Economia Rural, alguns dados referentes às cooperativas registradas e sua distribuição geográfica no exercício passado (1946).

Confirmando minhas previsões de que haveria divergência entre a apuração feita pelos departamentos estaduais e pelo Serviço de Economia Rural, verifiquei, por exemplo, que enquanto apresento um total de 1.728 cooperativas num conjunto de 11 Estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraná, Estado do Rio e Distrito Federal), louvando-me, apenas, em informações prestadas pelos órgãos locais, o Serviço de Economia Rural fez uma apuração para os mesmos Estados, de 2.386 ou seja com uma diferença de 640 unidades para mais.

Para o território nacional, o SER fez a seguinte apuração, distribuída geograficamente:

1) Norte

Acre.....	7	
Amapá.....	3	
Amazonas.....	8	
Guaporé.....	1	98
Pará.....	<u>79</u>	

			98	
2) <u>Nordeste.</u>				
	(Maranhão.....)	34		
Occidental	(Piauí.....)	<u>20</u>	54	
	(Alagôas.....)	112		
	(Ceará.....)	87		
Oriental	(Paraíba.....)	105		
	(Pernambuco.....)	244		
	(R. G. do Norte.....)	<u>55</u>	<u>603</u>	657
3) <u>Leste.</u>				
	(Bahia.....)	155		
Setentrional	(Sergipe.....)	<u>34</u>	189	
	(D.Federaral.....)	173		
	(Espírito Santo.....)	34		
Meridional	(Minas Gerais.....)	164		
	(Rio de Janeiro.....)	195	566	755
4) <u>Sul.</u>				
	Iguaçu.....	3		
	Paraná.....	175		
	R.G. do Sul.....	358		
	Santa Catarina.....	131		
	São Paulo.....	<u>657</u>	1.324	
5) <u>Centro-Oeste.</u>				
	Goiaz.....	14		
	Mato Grosso.....	12		
	Ponta Porã .....	6	32	
			<hr/>	
			2.866	

Desde total, o SER abate 271 unidades cujos registros foram cancelados, resultando a apuração líquida de 2.595 cooperativas em todo território nacional, assim distribuídas por categorias econômicas:

1. Consumo.....		1.164
2. Produção:		
Vegetal.....	779	
Animal.....	262	
Mineral.....	<u>2</u>	1.043
3. Crédito.....		304
4. Diversas.....		54
5. De 2º.Grau (Centrais, Federações, Confederações) .....		30
		<hr/>
		2.595

Esses elementos estatísticos preliminares são incompletos. Além da divergência indicada, não apresentam ainda informações sobre o número de associados. Segundo a apuração de 1942, o total está assim distribuído:

Região Norte.....	3.231	
Região Nordeste.....	82.878	
Região Leste.....	57.768	
Região Sul.....	<u>151.319</u>	295.196

Os elementos que apurei diretamente nas fontes informativas estaduais, e referentes, apenas, a 7 Estados ( Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) dão-nos o resultado de 335.456 associados. Fontes oficiais, estimativamente, indicam que o movimento cooperativo brasileiro conta 300.000 associados, o que, sem dúvida, está dentro das possibilidades. Com o desenvolvimento das apurações, no decorrer deste ano, é possível que possamos conhecer, exatamente, o número de sociedades existentes, associados filiados e demais indicações das atividades financeiras do exercício.

Todos sabem que é pelo volume das operações e pela porcentagem na participação dos negócios gerais realizados no país, que se pode aferir o grau de importância deste movimento. Faltam-nos, entretanto, dados atualizados para chegarmos a esta conclusão. Discretamente não é lícito avançar além do que foi informado: - somos servidos por 2.595 cooperativas de várias categorias, porém predominantemente de consumo e produção, abarcando um total estimado de 300.000 cooperadores.

Conquanto tenhamos grandes organizações, como algumas das particularmente referidas no capítulo 3, não podemos deixar de reconhecer que o movimento cooperativo brasileiro carece de consolidação, através de cuidadosa e eficiente revisão dos seus quadros e de sua técnica de funcionamento. Importante papel está reservado às cooperativas que desejem se ajustar, começando por desenvolver intenso e efetivo programa de educação entre seus associados, de modo que lhes possam dar todo apêio consciente, quer moral ou material.

A falta de cumprimento dos deveres e obrigações é responsável pela grande evasão dos negócios das cooperativas, não sendo exagerado afirmar que do total de 300 mil associados apenas a metade ou um terço opere em condições satisfatórias com suas entidades.

Torna-se preciso consolidar o terreno, retificando os desníveis conseqüentes da generalizada deseducação. Enquanto não dermos a este problema a atenção que ele merece, nosso movimento não adquirirá o vigor alcançado em outros países mais avançados.

##### 5) Financiamento às cooperativas

País de reduzidas disponibilidades de capital, onde o dinheiro é caro e prazos de vencimento dos empréstimos têm de subordinar-se aos interesses imediatistas das organizações bancárias, o Brasil, por muito tempo, e ainda



Projeto PNUD / FAO / BRA / 72/020  
Sistema Nacional de Informação e  
Planejamento Agrícola

hoje, não pôde oferecer às cooperativas uma assistência financeira correspondente às suas necessidades e conveniências.

Por muitos anos viveram elas abandonadas e mesmo evitadas pelos bancos comerciais. Sei do caso de uma cooperativa, cujo diretor, depois de haver batido às portas de vários dêles, ouviu esta resposta desconcertante, que reflete o pensamento pouco esclarecido de uma ordem de banqueiros: - "a Você, pessoalmente, nós emprestaríamos, mas pra que diabo foi se meter nesse negócio de cooperativa?"

O maior retraimento se evidenciava quando tratavam com cooperativas de consumo, por êles estranhamente consideradas como de fins não-reprodutivos. Demonstrando alvar ignorância do assunto, não sabiam que tais organizações, suprimindo o intermediarismo e elevando o poder aquisitivo dos associados, implicitamente lhes permitiram maior capacidade econômica, porque, com os lucros ou vantagens marginais obtidos nas operações, poderiam dar aplicação reprodutiva, fomentando assim a circulação da riqueza.

É possível que a primeira realização brasileira no campo do crédito especializado para as cooperativas, tenha sido o Banco Central de Crédito Agrícola de Alagôas, criado por lei estadual nº 1094 de 25 de junho de 1926, "com o fim especial de constituir o capital de um banco agrícola, do tipo das cooperativas de crédito". Era, pois, uma cooperativa de responsabilidade limitada, cujos recursos eram formados com a sobretaxa de 20 centavos por volume de quaisquer produtos agrícolas do Estado, destinados à exportação para as praças nacionais e estrangeiras. Posteriormente, por decreto n. 7753 de 20 de março de 1933, foi criada nova taxa de 20 centavos por quilo de arroz e de algodão vendidos nos municípios do Estado, "para a constituição de capitais destinados à fundação de bancos de crédito agrícola em moldes cooperativistas."

Vê-se claramente, que não eram propriamente bancos de Estado, mas sim organizações cooperativas de crédito, possibilitadas pela arrecadação das taxas.

No terreno da competência exclusiva do Estado, sem dúvida a primeira iniciativa coube a Pernambuco, criando sua Caixa de Crédito Mobiliário por decreto n.161 de 20 de agosto de 1938, destinada "a operar com agricultores, criadores e demais produtores do Estado, por intermédio das cooperativas."

Seus recursos são constituídos com a arrecadação da taxa de 20 centavos sobre quilo de algodão produzido no Estado; pelas reservas decorrentes dos lucros líquidos de suas operações; pelos depósitos a prazo fixo e em conta de movimento e por empréstimos de qualquer natureza, a longo prazo, desde que satisfaçam as exigências técnicas do funcionamento da Caixa.

Segundo dados extraídos de relatório de 1945, neste ano foram realizados empréstimos no valor de 46.397.517,00, dos quais 33.954.000,00 a Cooperativas agro-pecuárias. Desde sua fundação, a Caixa emprestou \$ 193.585.551,00, dos quais 4.963.600,00 para financiamento de obras de ajudagem. Suas reservas atingem a \$ 2.123.825,00. Conforme a finalidade do empréstimo, opera com taxas que variam entre 2 e 9% ao ano.

Fora daí, as cooperativas eram precàriamente financiadas pelo Banco de Brasil, pelo Banco do Estado de São Paulo, pelo Instituto Central de Fomento Económico da Bahia e por outros mais, porém todos em condições pouco favoráveis. Basta dizer que habitualmente eram desprezadas as garantias oferecidas pela cooperativa, por preferirem os banqueiros operar sob a responsabilidade direta de algum ou alguns dos seus diretores abastados. Esse critério irrecomendável e ao mesmo tempo injurioso ao movimento cooperativo, por deformar seus processos de normal entendimento com os estabelecimentos de crédito, teria de provocar grande reação.

E quando deliberavam financiar cooperativas, depois de incríveis protelações e desculpas, tratavam-nas duramente, em gráu de paridade, como se defontassem monstruosos intermediários de negócios, que sòmente êles poderiam suportar juros de 12%, além de taxas acessórias inconfessáveis.

Em 1941 submeti ao govêrno da Bahia um projeto de criação da Carteira de Financiamento às Cooperativas 12, subordinada à Secretaria da Agricultura e que operaria com os recursos oriundos das chamadas quotas de fomento económico. Contando com a oposição de elementos locais que não compreenderam o alcance da medida, o projeto teve de ser arquivado. Era mais uma tentativa frustrada, em detrimento das cooperativas.

Em 1942 o Serviço de Economia Rural convocou, no Rio, uma reunião de técnicos especializados em cooperativismo, para tratar da reforma da legislação, da qual participaram vários diretores de departamentos estaduais. Dêsse trabalho, que realizámos em conjunto, surgiu o decreto n. 5.893 de 19 de outubro de 1943, criando o órgão federal de financiamento - a Caixa de Crédito Cooperativo.

Em linhas gerais, esta é a estrutura e o plano de funcionamento da CCC:

1) sede na capital do país e agências nos pontos aconselháveis, mediante prévia audiência do Ministro da Agricultura;

2) A União garante suas operações, financiando-a com os recursos necessários à sua instalação e regular funcionamento, abrindo, para isso, um crédito de 300 milhões de cruzeiros;

3) o suprimento deste crédito será feito mediante emissão de soma equivalente em notas circulantes do Tesouro, cujo resgate se fará, anualmente, com a percentagem de 50% do lucro líquido da Caixa, verificado em balanço de cada exercício;

4) a percentagem de 50% dos lucros líquidos será recolhida ao Tesouro Nacional, providenciando-se a imediata incineração de notas circulantes, no montante dos recolhimentos efetuados pelo resgate;

5) os fundos para operações serão formados pelas taxas federais e



estaduais criadas pela União e Estados para este fim; pelos depósitos obrigatórios, em conta-corrente ou a prazo fixo, do numerário das cooperativas; pelos depósitos facultativos, de cauções ou fianças, exigidas nas relações contratuais particulares; pelos saldos ou recursos anteriores, provenientes de taxas ou impostos federais e estaduais, cobrados para fiscalização de produtos, para fomento ao cooperativismo ou agro-pecuário; pelo fundo de fomento ao cooperativismo, por quaisquer outros auxílios, doações e lucros eventuais.

A CCC não pode financiar, diretamente, aos associados das cooperativas, nem a qualquer pessoa física ou jurídica estranha aos quadros sociais cooperativos. O presidente e os diretores da Caixa, em número de três, são de livre escolha e nomeação do presidente da República.

A taxa de juros dobrada nas operações realizadas com as cooperativas, não poderá exceder de 6% ao ano, e as cooperativas, em suas relações com os associados, não poderão cobrar taxa superior a 10%.

Quanto à constituição do capital, vimos que ele exclusivamente da União, não sendo permitida a participação das cooperativas. O recém-criado Banco Nacional de Fomento Cooperativo do México preferiu adotar o regime de economia mista. Os Bancos para Cooperativas, dos norte-americanos, permitem a participação, em determinadas circunstâncias, uma vez que, em cada operação realizada, convidam as clientes a adquirirem ações de capital proporcionalmente ao valor dos empréstimos - 100 dólares por cada 2.000 ou fração da quantia emprestada; ou 100 dólares por cada 10.000 ou fração, conforme a finalidade dos empréstimos. Liquidados estes, as cooperativas poderão retirar o valor de suas ações.

Mas diferimos, ainda, dos "Banks for Cooperatives", num ponto fundamental. Estes financiam, apenas, cooperativas de produção agrícola ou pecuária, pelo menos preferencialmente, embora isso, de forma alguma, constitua uma deficiência, porque o aparelhamento federal de crédito é muito amplo e complexo; por outros setores serão atendidas as cooperativas de outros tipos e finalidades.

A Caixa de Crédito Cooperativo realiza os seguintes objetivos, conforme detalhada especificação de seu Regulamento, aprovado pelo decreto n. 18.230 de 2 de abril de 1945:

- 1) financiamento para instalação de novas cooperativas, mediante empréstimos, donativos ou participação no capital social nos termos do art. 72 do decreto-lei nº 5.893 de 19 de outubro de 1943;
- 2) financiamento para desenvolvimento das Cooperativas, Federações e Confederações proporcionando-lhes e a seus associados, meios para:
  - a) aquisição de imóveis e terras, de máquinas ou de





Caixa de Crédito Cooperativo, o banco nacional de fomento ao cooperativismo. Tem sua sede à Rua Mexico 128-b Rio de Janeiro, D. F.

peças sobressalentes destinadas à conservação, reforma e aperfeiçoamento da maquinaria agrícola, pecuária, industrial e escolar; de sementes, adubos, inseticidas, fungicidas; de reprodutores e de gado de quaisquer espécies destinados à criação e melhoria dos rebanhos, e bem assim, de animais de serviço; de matérias primas e de outros recursos naturais; de material escolar em geral; de material hospitalar e cirúrgico, odontológico e farmacêutico; de gêneros de consumo pessoal e doméstico; de instrumentos profissionais e de sua aparelhagem;

- b) construção, conservação e benfeitorias em geral das propriedades e imóveis;
- c) construção de obras de grande vulto, tais como açudes, represas de águas, seu aproveitamento, poços, estabelecimentos de obras de irrigação, regulação de cursos d'água, obras de defesa dos terrenos agrícolas, saneamento e drenagem dos terrenos, estradas construção e manutenção de escolas, de oficinas e de material para instalação de estabelecimento de ensino, investigação ou demonstração agrícola, pecuária e industrial; construção de casas de moradia, de vilas operárias, de obras de defesa sanitária, de creches, de hospitais; de banheiros carrapaticidas, silos, câmaras de expurgo, câmaras de embalagem, câmaras frigoríficas, vagões, armazéns de depósitos;
- d) arrendamento de propriedades, formação de núcleos coloniais, montagem de indústrias urbanas ou rurais de quaisquer espécies; adaptação coletiva de terras e indústrias;
- e) estabelecimento das várias modalidades de seguros de risco pessoal, coletivo ou da produção.

3) aparelhamento técnico e financeiro às cooperativas, visando combater e eliminar o jogo comercial dos intermediários. (Art. 9 do Regulamento).

-----

Resta saber como vai operando e quais os resultados obtidos. Embora criada em 1943, somente em fevereiro de 1946 entrou em funcionamento, com a instalação de sua matriz na capital federal. Inaugurou suas agências em São Paulo e Porto Alegre, respectivamente em maio e julho do mesmo ano.

Do seu capital de 300 milhões, até o momento recebeu apenas 1/6, totalmente aplicado, inclusive na instalação dos seus serviços. Dos 47

milhões de cruzeiros aplicados em financiamentos, cêrca de 38 milhões foram destinados à produção de gêneros alimentícios (açúcar, frutos cítricos, mate, arroz, laticínios, aves, ovos, pescado, etc.) O restante foi aplicado na produção de matérias primas (especialmente fibras) e no amparo a cooperativas de consumo e crédito.

Grandes possibilidade tem a Caixa, quando novos suprimentos lhe forem distribuídos, os empréstimos forem sendo liquidados e as importâncias retomadas ao financiamento. Suas contas de depósito tendem a aumentar, firmando seu conceito de dia para dia, entre as cooperativas e no público em geral.

Com o desenvolvimento natural dos negócios, serão reajustadas suas diretrizes. A Caixa carece de mais entusiástico apôio dos poderes públicos, dos homens de govêrno e de partidos, das organizações económicas, das sociedades culturais, da comunidade nacional enfim, para que possa vencer as resistências e prevenções, formando em tórno de si um ambiente de confiança e prestígio. Sôbre ela reflete-se a incompreensão generalizada com que a maioria da nossa população olha para o movimento cooperativo. Se não temos ainda um movimento amparado pelas mais autorizadas organizações políticas, sociais, económicas, religiosas e culturais, como acontece nos Estados Unidos da América, é natural que a Caixa de Crédito Cooperativo, seu órgão de financiamento, não conte ainda com o amparo das mesmas instituições capazes de fortalecer sua ação e autoridade.

A simples enunciação do seu programa revela a importância e complexidade da tarefa. É claro que, se não contar com o apoio moral e material dos poderes públicos da comunidade nacional, dificilmente poderá corresponder a seus propósitos.

De qualquer forma o passo inicial foi dado. Para honra do cooperativismo nacional, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a tomar tal iniciativa, que já podemos considerar vitoriosa.

O tempo consolidará a obra realizada.

## RELAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS OFICIAIS DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

### 1. GOVERNO FEDERAL

- a) Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (assistência técnica, registro e fiscalização).
- b) Caixa de Crédito Cooperativo (órgão de financiamento).

### 2. GOVÊRNOS ESTADUAIS

Alagoas - Departamento das Municipalidades e de Assistência ao Cooperativismo, Maceió.

Bahia - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, Salvador.

Ceará - Departamento Estadual de Cooperativismo, Fortaleza.

Goiás - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, Goiânia.

Minas Gerais - Departamento de Economia, Belo Horizonte.

Pará - Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Belém.

Paraíba - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, João Pessoa.

Pernambuco - Departamento de Assistência às Cooperativas, Recife.

Piauí - Secção de Assistência ao Cooperativismo, Terezina.

Rio Grande do Norte - Diretoria de Cooperativismo, Natal.

Rio Grande do Sul - Secção de Assistência ao Cooperativismo, Porto Alegre.

Rio de Janeiro - Divisão de Economia Agrícola, Niterói.

São Paulo - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, São Paulo.

Sergipe - Diretoria do Cooperativismo, Aracajú.

### ÓRGÃOS DE PUBLICIDADE

#### 1. GOVÊRNO FEDERAL

“Boletim do Serviço de Economia Rural” - Ministério da Agricultura.  
"Cooperativismo", revista mensal da Caixa de Crédito Cooperativo.

#### 2. GOVÊRNOS ESTADUAIS

“Coop”, revista mensal do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Bahia.  
"Cooperação", revista mensal e um boletim periódico do Departamento Estadual.

de Cooperativismo do Ceará.

"Revista do DAC", mensal do Departamento de Assistência às Cooperativas de Pernambuco.

"Sul-Coop", revista mensal da Secção de Assistência ao Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

"Boletim de Cooperativismo", mensal da Divisão de Economia Agrícola do Estado do Rio.

"Cooperativismo", jornal mensal e "Publicações" (boletins mensais seriados do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo).

"Boletim Cooperativista", Diretoria de Cooperativismo de Sergipe.

"Cooperativismo", boletim mensal do Departamento das Municipalidades e de Assistência ao Cooperativismo de Alagôas.

### ORGANIZAÇÕES CULTURAIS E PROPAGANDA

(Não-oficiais)

1. Centro Nacional de Estudos Cooperativos, em organização, sede em São Paulo.
2. Sociedade dos Amigos do Cooperativismo, Belo Horizonte, Minas Gerais.
3. Escola Técnica de Cooperativismo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



### Bibliografia brasileira do cooperativismo

Constantemente temos recebido pedidos do interior do país e do estrangeiro, da relação mais completa possível das publicações especializadas brasileiras sobre cooperativismo. Tenho atendido algumas vezes e em uma delas à União Pan-Americana.

Tendo preparado este trabalho para ser divulgado a título de informação geral do movimento cooperativo, achei oportuno preparar nova lista para orientação dos interessados. É escusado dizer que faço simples e desprezenciosa enumeração dos trabalhos, incluindo livros, boletins oficiais e simples folhetos, sem que isso implique recomendá-los.

#### 1. A. Teixeira Duarte

Catecismo da Cooperação  
Tip. Beltrão & Cia., Belo Horizonte, 1912.

#### 2. A. Ferreira Filho

O cooperativismo nas instituições de previdência social  
Civilização Brasileira, S/A, Rio, 1938.

#### 3. Archimedes Taborda (trad.)

Os 28 Tecelões de Rochdale (História dos Probos Pioneiros de Rochdale, de J. Holyoake)  
Livraria Francisco Alves, Rio, 1933.

#### 4. Adolfo Gredilha

Doutrina e Prática do Cooperativismo  
Coop. Central União Brasileira, Porto Alegre, 1945.

#### 5. Diversos

Sindicalismo- cooperativista (conferências div. autores)  
Ministério da Agricultura, Rio, 1933.

#### 6. Francisco Frola

A cooperação livre  
Athena Editora, Rio, 1937.

#### 7. Fabio Luz Filho

1. As cooperativas agrícolas no Rio Grande do Sul  
União Pan-Americana, Washington, D. C., 1939.
2. Aspectos agro-econômicos do Rio Grande do Sul  
Livraria acadêmica. São Paulo, 193...

3. Bancos Populares e crédito agrícola  
Tip. Benedito de Souza, Rio, 1931.
4. Cooperativas agrícolas  
Ministério da Agricultura, Rio, 1932.
5. Cooperativas Escolares  
1a.ed. - Civilização Brasileira S/A, Rio, 1933.  
2a.ed.- Coeditora Brasília, Rio, 1940.  
3a ed. - A. Coelho Branco Ed., Rio, 1942.
6. Cooperativismo, corporativismo e colonização  
2a. ed. - A. Coelho Branco Ed., Rio, 1938.
7. Cooperativismo e crédito agrícola  
Livreria Acadêmica, São Paulo, 194..
8. Cooperativismo e sindicalismo agrários  
Tip. São Benedito, Rio, 1930.
9. O cooperativismo no Brasil e sua evolução  
A. Coelho Branco Fº., Editor, Rio, 1939.
10. O verdadeiro e falso cooperativismo  
Tip. São Benedito, Rio, 1931.
11. Rumo á Terra  
5a.ed., Editora Guaira Ltda., Curitiba, 1942.
12. Seguros agro-pecuários  
Departamento de Assistência ao Cooperativismo, Bahia,  
1943.
13. Sociedades cooperativas  
Gráfico-Editora Unitas, Rio, 1930.
14. Teorias e escolas cooperativistas  
Departamento de Assistência ao Cooperativismo, Bahia,  
1944.
14. Teoria e prática das sociedades cooperativas  
Coeditora Brasília, Rio, 1945.  
Gráfica Olímpica Editora, Rio, 1946.

#### 8. Hilário Cesarino

Contabilidade cooperativista  
Ministério da Agricultura, Rio, 1938.

#### 9. Ismael José Cordovil

Vademeco das cooperativas  
Est. Gráficos Muniz, Rio, 1941.

#### 10. J. Saturnino de Brito

1. A cooperação depois da guerra  
Tip. S. Benedito, Rio, 1930.
2. A prol da cooperativa de consumo urbana, seccionada nos bairros  
Tip. Cidade do Rio, Rio, 1939.

3. Cooperativas ao povo!  
Tip. S. Benedito, Rio, 1932.
4. Cooperativa de trabalho  
Ed. Pan-Americana, Rio, 194..
5. Cooperativa de consumo  
Ministério da Agricultura, 1930.
6. Cooperação evolutiva  
Tip. Cidade do Rio, Rio, 1937.
7. Características fundamentais das Sociedades cooperativas em geral  
Tip. S. Benedito, Rio, 1930.
8. Cruzada da cooperação integral  
Tip. Benedito Souza, Rio, 1928.
9. Da cooperação proletária à capitalística  
Tip. Benedito Souza, Rio, 1928.
10. Evolução do cooperativismo  
Casa Mandarinino, Rio, 1936.
11. Forma da cooperativa agrícola  
Ed. Forja, Rio, 1932.
12. Limite do capital-ação do sócio da sociedade cooperativa, Limite de juro de ação  
Tip. S. Benedito, Rio, 1931.
13. Nota sôbre a campanha artificiosa do voto plural na sociedade cooperativa  
Tip. Benedito Souza, Rio, 1928.

11. J. J. Soares

Sociedades Cooperativas Teoria e prática  
Livreria Leite Ribeiro, Rio, 1929.

12. Luis Bartolomeu

O cooperativismo no abastecimento do Distrito Federal  
Imprensa Nacional, Rio, 1925.

13. Luis Amaral

1. O cooperativismo ao alcance de todos  
Ed. Livreria Glôbo, Porto Alegre, 1935.
2. Tratado Brasileiro de Cooperativismo  
Empr. Gráficas da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1938,

14. Luis Gouvêa Labouriau

O Brasil precisa de cooperativas escolares  
Ministério da Agricultura, Rio, 1944.

15. M. Barbosa

Cooperativismo desde a escola  
Coeditora Brasília, Rio, 1943.

## 16. Mário da Fonseca Fernandes Barros

Das sociedades cooperativas perante o direito comercial brasileiro  
Bahia, 194..

## 17. Nair Ortiz

Os 10 pequenos lavradores  
Depto. Assist. ao Cooperativismo São Paulo, 1943.

## 18. Nonato Marques

Iniciação Cooperativista  
Depto. Assist. ao Cooperativismo, São Paulo, 1942.

## 19. Sarandi Raposo

Teoria e Prática da Cooperação  
1a. ed. - Imprensa Nacional, Rio, 1912  
3a. ed. - Ministério da Agricultura, Rio, 1935.

## 20. Tomanik, Otacilio

Legislação Cooperativista  
Tip. Siqueira, São Paulo, 1934

## 21. Urbano de Melo

Cooperação Brasileira  
Secção de Obras de "O Estado de S. Paulo", Cassia, Minas, 1919.

## 22. Valdiki Moura

1. Organização cooperativa da citricultura bahiana  
Depto. Assist. ao Cooperativismo, Bahia, 1941.
2. Organização cooperativa da ovinocultura bahiana  
Depto. Assist. ao Cooperativismo, Bahia, 1941.
3. Democracia Econômica (Introdução e Economia Cooperativa)  
Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1942.
4. Cooperativismo Escolar (Palavras ao Professorado e Pais de Alunos)  
Depto. Assist. ao Cooperativismo, Bahia, 1944.
5. Diretrizes Cooperativistas (Notas e comentários)  
Editora Brasiliense, São Paulo, 1946.

## 23. CONGRESSOS

1. Anais do I Congresso de Crédito Popular e Agrícola,  
Imprensa Nacional, Rio, 1924.
2. Anais do I Congresso Estadual de Cooperativismo  
Depto. Assist. ao Cooperativismo, Bahia, 1945.

EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA BRASILEIRA1. Decreto nº. 979 de 6 de janeiro de 1903

Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais, a organização de sindicatos para defesa dos seus interesses.

2. Decreto N.º 1.637 de 5 de janeiro de 1907

Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas,

3. Decreto 6.532 de 20 de junho de 1907

Aprova o Regulamento para execução do Decreto legislativo n.º 979 de 6 de janeiro de 1903.

4. Decreto nº. 17.339 de 2 de junho de 1926

Aprova o Regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das caixas Raiffeisen e bancos Luzzatti.

5. Decreto nº. 22.239 de 19 de dezembro de 1932

Reforma as disposições do decreto legislativo nº. 1.637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas.

6. Decreto nº. 23.611 de 20 de dezembro de 1933

Revoga o decreto legislativo nº. 979 de 6 de janeiro de 1903 e faculta a instituição de consórcios profissionais cooperativos.

7. Decreto nº. 24.647 de 10 de julho de 1934

Revoga o decreto nº. 22.239 de 19 de dezembro de 1932; restabelece bases, normas e princípios para a cooperação profissional para a cooperação social; faculta auxílios diretos e indiretos às cooperativas; e institui o Patrimônio dos Consórcios Profissionais Cooperativos.

8. Decreto-lei nº. 581 de 1º de agosto de 1938

Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas, revoga os decretos nos. 23.611 de 20 de dezembro de 1933; 24.647 de 10 de julho de 1934; e revigora o decreto nº. 22.239 de 19 de dezembro de 1932.

9. Portaria Ministerial n.º. 26 de 29 de agosto de 1938

Determina as características das cooperativas de crédito agrícola que ficarão subordinadas à fiscalização do Ministério da Agricultura.

10. Decreto- lei n.º. 926 de 5 de dezembro de 1938

Dispõe sobre a constituição, funcionamento e fiscalização das sociedades cooperativas de seguros.

11. Decreto-lei n.º. 1.089 de 1.º. de fevereiro de 1939

Prorroga o prazo a que se refere o art. do Decreto-lei n.º. 581 de 1.º. de agosto de 1938.

12. Decreto-lei n.º. 1.836 de 5 de dezembro de 1939

Permite a admissão de pessoas jurídicas nas cooperativas de indústrias extrativas.

13. Decreto-lei n.º. 6.980 de 19 de março de 1941

Aprova o Regulamento para fiscalização das sociedades cooperativas, estabelecido no decreto-lei n.º. 581 de 1.º. de agosto de 1938.

14. Decreto n.º. 7.192 de 19 de maio de 1941

Altera o regulamento aprovado pelo decreto n.º. 6.980 de 19 de março de 1941, para fiscalização das sociedades cooperativas.

15. Decreto-lei n.º. 5.030 de 4 de dezembro de 1942

Cria a Comissão Executiva da Pesca e dá outras providências.

16. Decreto-lei n.º. 5.031 de 4 de dezembro de 1942

Cria uma Comissão Executiva para controlar a produção, o comércio e a exportação dos produtos da mandioca.

17. Decreto-lei n.º. 5.032 de 4 de dezembro de 1942

Cria uma Comissão Executiva, para controlar a produção, o comércio e a exportação de frutas do país.

18. Decreto n.º 5.154 de 31 de dezembro de 1942

Dispõe sobre a intervenção nas sociedades cooperativas.

19. Decreto-lei nº. 5.530 de 28 de maio de 1943

Dá nova redação ao decreto-lei nº. 5.030 de 4 de dezembro de 1942

20. Decreto-lei nº. 5.531 de 28 de maio de 1943

Dá nova redação ao decreto-lei nº. 5.031 de 4 de dezembro de 1942

21. Decreto-lei nº. 5.532 de 28 de maio de 1943

Dá nova redação ao decreto-lei nº. 5.032 de 4 de dezembro de 1942

22. Decreto-lei nº. 5.893 de 19 de outubro de 1943

Dispõe sôbre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas,

23. Decreto-lei nº. 6 . 274 de 14 de fevereiro de 1944

Altera disposições do Decreto-lei nº. 5.893 de 19 de outubro de 1943.

24. Decreto-lei nº. 6.635 de 27 de junho de 1944

Dispõe sôbre a organização, em cooperativas, dos produtores de erva-mate.

25. Decreto-lei nº. 6.909 de 27 de setembro de 1944

Dispõe sôbre a matéria do decreto-lei nº. 5.893 de 19 de outubro de 1943, alterado pelo de nº. 6.274 de 14 de fevereiro de 1944 (sôbre cooperativas do regime da lei nº. 1.637, favores fiscais e prazo para registrar.)

26. Decreto nº. 7.083 de 27 de novembro de 1944

Dá nova redação ao art. 106 e respectivo parágrafo do Decreto-lei nº. 5 .893 de 19 de outubro de 1943.

27. Decreto n º. 18.230 de 2 de abril de 1945

Aprova o Regulamento da Caixa de Crédito Cooperativo, criada pelo Decreto-lei nº. 5.893 de 19 de outubro de 1943, alterado pelos de nos. 6.274 de 14 de fevereiro de 1944 e 7.083 de 27 de novembro de 1944.

28. Decreto-lei nº. 7.448 de 9 de abril de 1945

Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de CR \$ 50.000.000,00 para o financiamento da Caixa de Crédito Cooperativo.

29. Decreto-lei nº. 7.842 de 8 de agosto de 1945

Concede prazo às cooperativas para se enquadarem à legislação cooperativista vigente.

30. Decreto-lei nº. 7.870 de 16 de agosto de 1945

Concede à Caixa de Crédito Cooperativo, isenção de tributos federais, estaduais e municipais e dá outras providências.

31. Decreto-lei nº. 8.011 de 29 de setembro de 1945

Estende às cooperativas dos produtores de lã, os favores previstos no Decreto-lei nº. 7.002 de 30 de outubro de 1944.

32. Decreto-lei nº. 8.401 de 19 de outubro de 1945

Revoga os decretos-leis nos. 5.893 de 19 de outubro de 1943 e 6.274 de 14 de fevereiro de 1944, exceto disposições dos arts. 104 a 118 e seus parágrafos, revigorando o Decreto-lei nº. 581 de 1º de agosto de 1938 e a lei nº. 22.239 de 19 de dezembro de 1932.

33. Decreto-lei nº. 8.569 de 7 de janeiro de 1946

Dispõe sobre a intervenção nas Sociedades Cooperativas de Pesca do Distrito Federal e dos Estados.

34. Decreto-lei nº. 9.363 de 15 de junho de 1946

Estende às cooperativas de produtores de mate e às suas federações, os favores constantes do Decreto-lei nº. 7.002 de 30 de outubro de 1944.

35. Decreto-lei nº. 9.856 de 13 de setembro de 1946

Dispõe sobre a industrialização e exportação da erva-mate por parte das sociedades cooperativas e da outras providências.





Ministério da Agricultura  
Secretaria-Geral  
BINAGRI — Biblioteca Nacional de Agricultura



PROJETO PNUD/FAO/BRA/72/020  
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO  
E DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA

~~DOCUMENTO~~  
~~DOCUMENT~~

**FIM**

**END OF THE DOCUMENT**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)